

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

CLAUDIA PATRICIA CADENA MONTOYA

**PODER, RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADE:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA OBRA NÃO HÁ SILÊNCIO QUE NÃO
TERMINE, DE INGRID BETANCOURT, E É ISTO UM HOMEM, DE
PRIMO LEVI**

MESTRADO EM LETRAS

**MANAUS
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

CLAUDIA PATRICIA CADENA MONTOYA

**PODER, RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADE:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA OBRA *NÃO HÁ SILÊNCIO QUE NÃO
TERMINE*, DE INGRID BETANCOURT, E *É ISTO UM HOMEM*, DE
PRIMO LEVI**

MESTRADO EM LETRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos da Linguagem, Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras, sob orientação do Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa.

MANAUS
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M798p Montoya, Claudia Patricia Cadena
Poder, resistência e subjetividade : uma análise discursiva da obra "Não há silêncio que não termine", de Ingrid Betancourt, e "É isto um homem?", de Primo Levi / Claudia Patricia Cadena Montoya . 2022
56 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Leonard Christy Souza Costa
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Poder. 2. Resistência. 3. Subjetividade. 4. Análise de Discurso.
I. Costa, Leonard Christy Souza. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sua infinita graça e misericórdia. Por tudo que Ele é, por dar-me forças antes e durante todo o processo e por colocar no meu caminho pessoas maravilhosas que possibilitaram tudo isto.

Dedico este trabalho ao meu filho, Andrés. Por me ajudar a ver o mundo da forma como ele o vê, por dar-me ânimo com seus abraços, sua alegria e, também, motivos para nunca desistir.

Meu reconhecimento especial ao meu esposo, Fabricio, amigo e parceiro. Por sua paciência e apoio em todos os momentos, por cuidar do nosso príncipe e de mim, assim como por sua compreensão e amor incondicional.

Aos meus pais, pelo amor e sacrifício, pelos conselhos e oportunidades, por abrir caminhos e mostrar horizontes, por incentivar-me a continuar meus estudos sempre e pelo exemplo de perseverança.

À Erika, por sua amizade sincera que supera a distância e o tempo. Por seu apoio em momentos precisos, exatos, oportunos e por me incentivar e me ajudar de tantas formas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa, por confiar e acreditar em mim, pelas ideias, pelo suporte, por ensinar-me a abrir as portas ao conhecimento e por sua paciência também ao me orientar.

Aos meus amigos, por estarem sempre presentes, pelo apoio incondicional e que, de uma forma ou outra, me acompanham em meus sonhos e metas.

À Susanah, por sua luz e incentivo, conselhos e correções.

A todo o corpo de docentes da Universidade Federal do Amazonas, por compartilhar seu amor pelo estudo e pela pesquisa, por me preparar ao longo de toda a graduação e mestrado.

A todas as pessoas especiais da minha vida. Obrigada a todos, *¡muchas gracias!*

“Não é lícito esquecer, não é lícito calar. Se calarmos, quem falará? Claro que não os culpados e seus cúmplices. Se faltar nosso testemunho, num futuro nada distante os feitos da bestialidade nazista, exatamente por sua enormidade, poderão ser relegados ao rol das lendas. Falar, portanto, é preciso. [...] Apesar disso, prevalece o silêncio”.

(Primo Levi)

RESUMO

A elaboração discursiva em forma de literatura sobre guerra política pode espelhar a maneira como o sujeito se constitui no meio de um enredo histórico. Existem duas obras autobiográficas que retratam vivências de conflitos políticos e sociais pelas quais é possível perceber sujeição diante do exercício de um poder com consequências na subjetividade: por um lado, Ingrid Betancourt, ex-candidata presidencial da Colômbia no ano de 2002, retrata sua experiência de guerra e conflito armado entre guerrilhas, paramilitares e forças militares, ao ser sequestrada por um grupo chamado FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). No seu livro *Não há silêncio que não termine: meus anos de cativo na selva colombiana*, a autora expõe uma riqueza de possíveis modos de subjetivação, em particular os gerados a partir da sujeição ao poder em condições de sequestro. Por outro lado, o autor Primo Levi, cidadão judeu-italiano, conta sua experiência nos campos de concentração ao ser levado a Auschwitz, expondo as consequências da tortura e a degradação da humanidade. O presente trabalho visou, então, apresentar uma reflexão, na linha da Análise de Discurso, sobre a posição sujeito-autor de Betancourt e de Levi, como sujeitos submetidos ao exercício de poder soberano e disciplinar, que, para o filósofo Michel Foucault, representam algumas das formas de poder. Logo, esta pesquisa tem natureza qualitativa e tipo exploratório, com relação aos objetivos propostos. A perspectiva a partir da qual deve ser observada este trabalho é sócio-histórica. As duas perguntas de pesquisa que pretenderam ser alcançadas foram: Como era o funcionamento e como se constituía o discurso de poder exercido pelas FARC na época do sequestro de Ingrid Betancourt, e pelos nazistas durante a prisão de Levi nos campos de concentração? Quais foram as significações e efeitos de sentido produzidos em volta do discurso de resistência de Betancourt e de Levi? Com relação à escolha do *corpus*, foram selecionados enunciados a partir das duas obras que continham marcas textuais de poder, resistência e mudanças na subjetividade, as quais, de uma forma ou outra, forjam o modo de constituição do sujeito em condições de privação da liberdade e tortura. Os procedimentos metodológicos, de acordo com a natureza da AD, foram norteados a evidenciar os processos de significação desses enunciados, na tentativa de compreender os efeitos de sentido produzidos. Para atingir os objetivos da reflexão proposta, foi feita uma contextualização histórica das FARC, na Colômbia, e do Nazismo, na Europa, seguido de uma revisão dos conceitos foucaultianos que se centram no eixo do poder, da resistência e da subjetividade. A articulação desses três conceitos desenvolvidos por Foucault foram o alicerce da análise.

Palavras-chave: Poder. Resistência. Subjetividade. Análise de Discurso.

ABSTRACT

The discursive elaboration in the form of literature on political war can mirror the way in which the subject is constituted in the midst of a historical plot. There are two autobiographical books that portray experiences of political and social conflicts through which it is possible to perceive subjection in the face of the exercise of power with consequences on subjectivity: on one hand, Ingrid Betancourt, former presidential candidate of Colombia in 2002, portrays her experience of war and armed conflict between *guerrillas*, *paramilitaries* and military forces when being kidnapped by a group called FARC (Revolutionary Armed Forces of Colombia). In her book *There is no silence that does not end: my years of captivity in the Colombian jungle*, the author exposes a wealth of possible modes of subjectivation, in particular those generated from subjection to power in conditions of kidnapping. On the other hand, the author Primo Levi, a Jewish-Italian citizen, tells his experience in the concentration camps when he was taken to Auschwitz, exposing the consequences of torture and the degradation of humanity. The present work then aimed to present a reflection, in the line of Discourse Analysis, on the subject-author position of Betancourt and Levi, as subjects submitted to the exercise of sovereign and disciplinary power, which for the philosopher Michel Foucault, represent some of the forms of power. This is a qualitative and exploratory research in relation to the proposed objectives. The perspective from which this work should be observed is socio-historical. The two research questions that there were intended to be reached were: How was the operation and how was the discourse of power constituted exercised by the FARC at the time of Ingrid Betancourt's kidnapping, and by the Nazis during Levi's imprisonment in the concentration camps? What were the meanings and meaning effects produced around Betancourt's and Levi's discourse of resistance? Regarding the choice of corpus, statements were selected from the two works that contained textual marks of power, resistance and changes in subjectivity, which, in one way or another, forge the mode of constitution of the subject when in conditions of deprivation of freedom and torture. The methodological procedures, according to the nature of AD, were guided to highlight the processes of meaning of these statements, in an attempt to understand the effects of meaning produced in them. To achieve the objectives of the proposed reflection, a historical contextualization of the FARC in Colombia and Nazism in Europe was made, followed by a review of Foucauldian concepts that focus on the axis of power, resistance and subjectivity. The articulation of these three concepts developed by Foucault were the foundation of the analysis.

Keywords: Power. Resistance. Subjectivity. Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA <i>NÃO HÁ SILÊNCIO QUE NÃO TERMINE</i>	13
1.1 HISTÓRIA DAS FARC	13
1.2 FARC-EP: ORIGENS DE ATORES E CONFLITOS (1903-1929)	15
1.3 ENFRENTAMENTOS INTERPARTIDÁRIOS E O PERÍODO DA VIOLÊNCIA (1930-1957)	16
1.4 CONFLITO SOCIAIS E POLÍTICO-IDEOLÓGICOS (1958-1977)	19
1.5 DETERIORAÇÃO DOS CONFLITOS (1978-2006)	21
1.6 SEQUESTRO DE INGRID BETANCOURT	25
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA OBRA <i>É ISTO UM HOMEM?</i>	27
3 O PODER PARA FOUCAULT	33
4 ANÁLISE DO CORPUS	37
4.1 FUNCIONAMENTO DAS RELAÇÕES DE PODER NAS FARC	37
4.2 FUNCIONAMENTO DO PODER EM CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO	43
4.3 RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADES	44
4.4 CATIVEIRO DOS SEQUESTRADOS E CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO: ESPAÇOS HETEROTÓPICOS	47
4.5 O SILÊNCIO	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Linha do tempo das origens do conflito colombiano até o sequestro de Ingrid Betancourt	24
--	----

INTRODUÇÃO

*“Se não se fala, se não se escreve e não se conta, se esquece, e aos poucos vai se deixando sob o medo. Nós que vimos o morto, esquecemos e temos medo de falar; assim levamos um obscurantismo de anos em que ninguém fala sobre isso”¹
(CNMH, 2013, p. 31).*

Este trabalho foi norteado pelos conceitos presentes na obra de Michael Foucault dos anos 1980, em particular os relacionados com o poder soberano e disciplinar, resistência e subjetividade. Refletiu-se sobre como o poder tem direito de matar, na forma como o sujeito se relaciona com a vida diante da possibilidade de morte, quando em um determinado lugar o corpo perde autonomia da própria vida ao estar sujeito à execução do poder. Para este fim, foram analisadas duas obras: *Não há silêncio que não termine*, de Ingrid Betancourt (2010), e *É isto um homem?*, de Primo Levi (1988), considerando esta última não como uma referência de obra semelhante, mas um outro espaço real de possibilidades de perda da subjetividade diante de circunstâncias de encarceramento.

Ingrid Betancourt é uma mulher política colombo-francesa, cuja história de sequestro por parte das FARC² representa a dimensão da violência na Colômbia como uma das mais sangrentas da história contemporânea da América Latina, segundo os dados do Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH 2013, p. 31). Betancourt nasceu na cidade de Bogotá – Colômbia, filha de ex-ministro e de ex-congressista e ex-embaixadora. Morou a maior parte da juventude na França, onde estudou Ciências Políticas e se especializou em Comércio Exterior e Relações Internacionais. O seu perfil sempre foi de opositora da corrupção, luta com a qual se identificou e a fez evidenciar a deturpação da época, por uma série de denúncias de figuras políticas (EFE, 2008).

Em 2002, durante sua candidatura presidencial, foi sequestrada junto com a sua comitiva de campanha, entre os quais estava sua ex-assessora Clara Rojas. Após experimentar todo tipo de privações, tortura, estupro e de viver em condições degradantes de encarceramento, Betancourt foi libertada em janeiro de 2008 pelo

¹ Testemunho de uma vítima da violência na Colômbia, na cidade de *Trujillo, Valle del Cauca*.

² FARC: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia: grupo armado guerrilheiro colombiano que atua desde a segunda metade do século XX. Estima-se que o conflito armado tenha causado cerca de 220.000 mortes entre 1º de janeiro de 1958 e 31 de dezembro de 2012, além de desaparecimentos, torturas, abandonos forçados de terras, sequestros, perseguições, entre outros (CNMH, 2013, p. 34).

Exército colombiano, e decide publicar, em 2010, sua história na obra *Não há silêncio que não termine: meus anos de cativo na selva colombiana* (BETANCOURT, 2010).

Os sequestros realizados na Colômbia no final do século XX por parte das guerrilhas eram operados da seguinte forma: detinham veículos nas estradas e privavam de liberdade os considerados pessoas de interesse do grupo insurgente. Ingrid Betancourt, em particular, foi sequestrada de maneira similar, enquanto se dirigia a um encontro com as FARC, com a diferença de que o local era supostamente considerado *zona de distensão*, ou seja, uma área livre de conflitos destinada aos diálogos de paz entre governo e guerrilha durante o fim do governo de Andrés Pastrana, no ano de 2002 (BETANCOURT, 2010, p. 55).

A obra de Betancourt chamou a atenção pelas possíveis discursividades: discurso político; a forma de as FARC exercerem o poder sobre guerrilheiros e prisioneiros; a maneira como eram tratados os sequestrados políticos em relação aos civis; sexualidade; amorosidade; feminismo. Enfim, poderia ser analisado grande número de categorias discursivas. Porém, metodologicamente, este estudo pretende fazer um recorte dos enunciados relacionados ao sujeito que perde sua subjetividade e constrói uma identidade com memórias de resistência.

Paralelamente, a obra de Primo Levi é considerada uma literatura clássica, na qual é relatada a experiência do próprio autor dentro dos campos de concentração, durante a Segunda Guerra Mundial. Embora o autor tivesse participação em movimentos políticos, ele foi levado como escravo pelos nazistas só pela “condição de cidadão italiano de raça judia” como é descrita por ele (LEVI, 1988, p. 12). Segundo Eduardo Szklarz (2014), a ideologia da discriminação de raças teve uma origem bem anterior ao que foi visto como resultado no Nazismo da Europa. Porém, na Alemanha de Hitler em que as ideias sobre o aperfeiçoamento da raça humana, criadas a partir do século XIX, foram além desse plano ideológico, tornando-se a base do antissemitismo.

Auschwitz, o mais conhecido campo de concentração, tem registros do extermínio não só de judeus, apesar de eles terem sido em maior número. Segundo Hastings (2012), no seu livro *Inferno*, pelo menos 1,1 milhão de judeus passaram por esse campo especificamente, junto com 140 mil poloneses não-judeus. O autor explica que “junto com quase seis milhões de judeus assassinados pelos nazistas, mais de três milhões de russos morreram em cativeiro alemão”, sem incluir as

estatísticas dos massacres ocorridos em outros países europeus (HASTINGS, 2012, p. 504).

O presente trabalho não pretendeu igualar a experiência de uma vítima de sequestro guerrilheiro com a de um escravo nazista. Embora as duas obras tenham acontecido em contextos diferentes, a vivência singular de lidar com a anulação do sujeito em vida permitiu o surgimento de enunciados de resistência e morte da subjetividade comuns em Betancourt e em Levi. Segundo Deleuze (1988, p. 15), “as comparações entre enunciados se referem a uma diagonal móvel que permite, nesse espaço, confrontar diretamente um mesmo conjunto em níveis diferentes”. O autor explica que, embora haja “lugares do sujeito para cada enunciado”, o que importa é a “regularidade enunciativa” (DELEUZE, 1988, p. 16).

Assim, nas obras de Betancourt e Levi, há enunciados de resistência e de sobrevivência que na prática poderiam destruir a subjetividade dos prisioneiros. Por isso o nome: *É isto um homem?*, não pela figura do nazista, mas pelos sobreviventes. O que foi que sobrou deles? Por outro lado, o que sobrou da mulher política Ingrid? Até que ponto aconteceu uma morte de suas subjetividades?

Com relação à metodologia, o presente trabalho teve como principal ferramenta de análise a obra de Foucault. Embora referenciados vários textos do autor, é nos escritos na década de 1980 que Foucault enfatizou a questão do Poder, da Resistência e da Subjetividade, considerados os eixos desta pesquisa. Com os escritos foucaultianos como ferramenta, já que, como sugere Veiga-Neto (2003, p. 17), não se pode entender Foucault como método em si, a não ser que se entenda num sentido mais livre, como um compilado de estratégias que podem direcionar a análise e a descrição de um fenômeno. O autor sugere também que não se entenda a obra de Foucault como uma teoria ou um conjunto de proposições que pretendem unificar as visões de mundo, visando a totalização. Assim, o termo “teorizações foucaultianas” (VEIGA-NETO, 2003, p. 18), ou perspectiva foucaultiana, é o mais adequado para análise de questões filosóficas.

Com relação à constituição do corpus em análises foucaultianas, Deleuze (1988) explica que não existe exatamente uma escolha de palavras ou frases de acordo com a sua estrutura, nem a partir do autor que as produz, mas sim segundo a função que elas exercem. A escolha das proposições que provavelmente constituem enunciados “devem ser escolhidas em torno dos focos difusos de poder (e de resistência) acionados por esse ou aquele problema” (DELEUZE, 1988, p. 28). De

acordo com isso, o *corpus* selecionado nesta pesquisa apresentou marcas de exercício do poder soberano, resistência do sujeito sob exercício deste tipo de poder e mudanças na subjetividade presentes ao longo dos livros *Não há silêncio que não termine* e *É isto um homem?*.

As perguntas de pesquisa foram: Como era o funcionamento e como se constituía o discurso de poder exercido pelas FARC na época do sequestro de Ingrid Betancourt, e pelos nazistas, durante a prisão de Primo Levi? Quais são as significações e os efeitos de sentido produzidos em torno do discurso de resistência de Betancourt e de Levi?

Com relação à estrutura do livro *Não há silêncio que não termine*, observa-se uma história de cunho autobiográfico em primeira pessoa e que narra os seis anos de sequestro de Betancourt na selva colombiana, retratando um olhar subjetivo e rico em detalhes ao longo das quase 550 páginas da obra. Por outro lado, *É isto um homem?*, do autor judeu-italiano Primo Levi, é uma obra clássica que narra a experiência vivida pelo autor ao ser deportado para Auschwitz em 1944, num campo de extermínio. É escrito em primeira pessoa e relata o testemunho do comportamento humano em condições de extrema violência no holocausto durante a Segunda Guerra Mundial.

A articulação da obra de Ingrid Betancourt com a de Primo Levi permite a construção de um observatório de atos de resistência sob circunstâncias de tortura e exercício de poder soberano ou disciplinar. O livro do Primo Levi é uma obra clássica da literatura contemporânea que pode também proporcionar enunciados que permeiem o funcionamento da prática do poder. Assim, o presente trabalho se justifica pelo caráter social e histórico, já que estuda um fenômeno obtido num relato descritivo da privação da liberdade de um indivíduo sometido a táticas de controle.

Com o objetivo de contextualizar as obras de Betancourt e Levi, no primeiro capítulo foi feita uma introdução ao nascimento e ao estabelecimento das guerrilhas na Colômbia, particularmente das FARC, assim como partes dos acontecimentos históricos que preludiam o cenário em que ocorreu o sequestro de Ingrid Betancourt, em 2002. Para tanto, dispõe-se principalmente de um compilado de estudos sobre o conflito colombiano, desenvolvido por Gallego (2009) e Pinheiro (2015), autores que descrevem os fatos de maneira detalhada. Da mesma maneira, foi considerada substancial a contribuição do Centro Nacional de Memória Histórica (2013, 2014), o qual tem reunido e analisado pormenorizadamente documentos, testemunhos orais e escritos do conflito interno colombiano em algumas obras, como *¡Basta ya! Colombia:*

memorias de guerra y dignidad (2013) e *Guerrilla y población civil: trayectoria de las FARC 1949-2013* (2014). No final dessa parte, apresenta-se a biografia de Ingrid Betancourt e sua carreira política até o momento da candidatura presidencial.

Em referência ao tipo de pesquisa, este trabalho enquadra-se na abordagem do tipo qualitativo, que se preocupa com o aprofundamento de um fenômeno, centrando os estudos na compreensão de uma realidade em seu contexto natural. Conforme Córdova e Silveira (2009, p. 32), este modelo de pesquisa trabalha questões não quantitativas da realidade, desvendando a dinâmica das relações sociais; pretende “descrever, compreender, explicar a precisão das relações global e local em determinado fenômeno”.

Com relação aos objetivos propostos, é possível considerar este trabalho como exploratório, o qual é visto por Gil (2002, p. 41) como “flexível, de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. A intenção é propiciar uma maior familiaridade com o objeto de estudo, por meio de levantamento bibliográfico e análise de exemplos.

No que diz respeito à seleção do *corpus*, são analisados enunciados do livro *Não há silêncio que não termine: meus anos de cativo na selva colombiana*, da autora colombiana Ingrid Betancourt. O enunciado, como descreve Foucault (1995, p. 90), é um “elemento susceptível de ser separado e capaz de entrar em jogo de relações com outros subsídios semelhantes a ele”, permitindo, pelos rastros, entender de que forma existe e qual é sua travessia histórica.

Para efetuar a descrição e a interpretação desses enunciados, foram escolhidos como *corpus* da pesquisa os enunciados com marcas ou pistas de atos de resistência, exercício do poder e possíveis mudanças na subjetividade, presentes nas obras *Não há silêncio que não termine: meus anos de cativo na selva colombiana* e *É isto um homem?*, para eventualmente fazer um paralelo das condições de possibilidade.

Esta pesquisa pode contribuir no desdobramento de análises relacionadas a problemáticas políticas e sociais, conflitos que abrangem temáticas de construção de subjetividade a partir do exercício do poder, o que possibilita a aplicação a diversas realidades, sujeitos e contextos históricos latino-americanos.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA *NÃO HÁ SILÊNCIO QUE NÃO TERMINE*

1.1 HISTÓRIA DAS FARC³

Tinham explicado a eles que eu me candidatara às eleições presidenciais da Colômbia. Portanto, eu me encaixava no grupo dos reféns políticos, cujo crime era, segundo as FARC, ter aprovado leis a favor da guerra. A reputação de nosso grupo era odiosa. Éramos uma espécie de sanguessugas, prolongávamos a guerra para tirar vantagens econômicas. [...] Ensinavam-lhes que a política era a atividade dos que conseguiam ludibriar e enriqueciam sonhando impostos. O problema era que eu, em grande parte, concordava com essa explicação (BETANCOURT, 2010, p. 33).

O resgate histórico é uma contribuição fundamental para este trabalho, já que proporciona elementos de apreensão dos enunciados. Para dar início às análises pretendidas, considera-se pertinente circunscrever historicamente a obra de Ingrid Betancourt, com especial ênfase aos fatos que desencadearam a formação das FARC na Colômbia, desde seus inícios até a época em que o livro foi escrito, além de proporcionar algumas informações da vida política da autora.

A guerra, a violência e a resistência têm sido parte da realidade da Colômbia durante séculos, desde a época pré-hispânica. O país construiu sua fraturada história com marcas que derivam desses três fenômenos mais do que qualquer outro país latino-americano. Os conflitos que exerciam influência no contexto do século XX derivaram do choque entre movimentos subversivos, alguns com mais representação e força do que outros, atores armados legais e ilegais, e a população civil. De maneira geral, é possível classificar os atores dos conflitos em três grandes grupos: guerrilheiros, paramilitares e Exército, sendo que direta e indiretamente quem se afetava era a população civil, obrigada a demonstrar lealdades e prover recursos.

Segundo dados do CNMH (2013, p. 36-37), dos 27.023 sequestros realizados entre 1970 e 2010, as guerrilhas foram responsáveis por aproximadamente 90%. Por outro lado, com relação aos 23.161 assassinatos documentados, 38,4% foram efetuados por paramilitares; 27,7% por grupos não identificados; 16,8% por guerrilhas; e 10% pelo Exército. Assim, existem cifras que provavelmente não estejam perto do número real ou, simplesmente, não conseguem mensurar a magnitude da violência

³ FARC: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

não letal, representada nos deslocamentos forçados, os desaparecimentos, as vítimas de violência sexual e os adolescentes recrutados.

Força Alternativa Revolucionária do Comum é o significado atual do acrônimo FARC (MANETTO, 2017), denominação que representa uma das guerrilhas mais fortalecidas e antigas da América Latina até o presente, e que tem atuado fortemente no país. É um dos grupos armados mais reconhecidos internacionalmente, junto com o ELN – Exército de Liberação Nacional, devido ao alcance das suas ações. Apesar de sempre surgirem organizações subversivas que lutavam contra o Estado, a maioria se desmobilizou. Entre elas, pode ser mencionadas o EPL – Exército Popular de Liberação – que abandonou as armas no final da década de 1980; o PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores; o *Movimiento Indígena Quintín Lame*; e o M19, desmobilizados nos anos de 1991 e 1990 respectivamente.

As FARC, em particular, decidiram abandonar as armas em 2017, transformando-se em partido político e mudando o nome anterior de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo. A facção inicia mais um período na sua história com estratégias e ideais redirecionados, mas não é a primeira vez que é possível perceber o início de uma nova fase das FARC.

Com o propósito de recapitular sua transição por cada uma dessas fases, alguns autores concordam em examinar a história a partir de três eixos:

Em primeiro lugar analisam-se as representações das FARC sobre si mesmas e as que a sociedade tem elaborado sobre essa guerrilha. Em segundo lugar, analisa-se o desenvolvimento militar num sentido amplo (estratégias, métodos de guerra, recursos e domínios territoriais). E em terceiro, as relações do grupo insurgente com a população civil (CNMH, 2014, p. 17).

Contudo, o ponto de inflexão de cada uma das fases ou, dito de outro modo, a divisão de cada ciclo trabalhada por diversos autores é divergente, na medida em que alguns determinam a periodização pelas trocas dos regimes políticos no poder, ou por acontecimentos relevantes provocados pela dinâmica do conflito em si.

No presente trabalho, optou-se principalmente pela proposta de Gallego (2009), que descreve o panorama do grupo subversivo desde a gênese até o estabelecimento e evolução, pela divisão da história em quatro períodos: *1 Origens de atores e conflitos (1903-1929)*; *2 Enfrentamentos interpartidários e o período da violência (1930- 1957)*; *3 Conflitos sociais e político-ideológicos (1958-1977)*; *4 Deterioração dos conflitos (1978-2006)* (GALLEGO, 2009, p. 18). Outros autores, como Pinheiro (2015) e o

Centro Nacional de Memória Histórica (2013; 2019), também servem como suporte referencial dos períodos correspondentes.

1.2 FARC-EP: ORIGENS DE ATORES E CONFLITOS (1903-1929)

Gallego (2009) defende a ideia de que desvendar a origem de um conflito requer a apresentação do panorama da época com relação à situação social, econômica e política do país. Nessa perspectiva, percebe-se a importância dos antecedentes históricos, já que, no caso da Colômbia, existe um legado de hostilidade em todas as esferas da sociedade que o século XIX despojou sobre o século XX, configurando os atores e definindo a natureza dos desacordos.

No ano de 1902, esperava-se que o fim da Guerra dos Mil Dias, que assolou o país por atritos entre os partidos políticos tradicionais, liberal e conservador, tivesse acabado legitimamente com os conflitos. Pelo contrário, o fato representou para o século XX o recebimento de uma herança de intolerância entre os adversários, o que trouxe como consequência o estabelecimento da guerra, a violência e a supressão das possibilidades de democracia como prática política (GALLEGO, 2009, p. 19).

Como corrobora Pinheiro (2015), o rastro de devastação desse legado afetou profundamente as esferas sociais e econômicas da Colômbia. Ela afirma, por exemplo, que “os camponeses sofriam [...] recrutamento obrigatório, [...] crescentes impostos de guerra que lhes eram cobrados [...] e confisco de terras pela força das armas” (PINHEIRO, 2015, p. 11).

Economicamente, conforme Gallego (2009), a Colômbia empreendeu uma ligação de dependência com os Estados Unidos, na medida em que recebia ajuda financeira, com consequente aumento da dívida externa, o que ficou conhecido como a *Dança dos Milhões*. O aparecimento de companhias petrolíferas norte-americanas e a exploração dessa fonte de energia sem pagamento de impostos ao Estado, nem de benefícios aos trabalhadores eram indícios da natureza do relacionamento da economia colombiana e as empresas multinacionais (GALLEGO, 2009, p. 19).

Embora com poucas descrições pontuais do contexto histórico daquela época (entre 1903 e 1929), é perceptível como os novos atores do conflito surgem, sendo um povo que começa a sentir os efeitos dos abusos do Estado. No passado, tratava-se dos artesãos do século XIX que manifestaram sua vontade de lutar pelos ideais e reivindicações políticas. No século seguinte, a população indígena estreou, então, o

papel notável de combate por terras, além de suas contestações de tipo cultural. Por outro lado, os camponeses também surgiram como lutadores de melhores condições de trabalho, com várias formas de organização social e produtiva (GALLEGO, 2009).

É com esse panorama que, para os autores referenciados até agora, o confronto pelo uso da terra e a necessidade de uma reforma agrária constituíram a causa central da violência e guerra colombiana no início do século XX. Conseqüentemente, a natureza do conflito durante as três primeiras décadas estava ficando longe de acabar, em virtude da ausência de consenso. Como resultado, os movimentos sociais estavam tornando-se movimentos armados, como define Archila (1994, p. 261):

O movimento social trata uma dinâmica 'pacifista'. O movimento armado, pelo contrário, expressa a busca do poder pela força – pelas armas. [...] É claro que isso não significa que a violência esteja ausente da mobilização social. No caso colombiano, pelo contrário, essa é a constante (ARCHILA, 1994).

Em resposta, o início do século XX se caracterizou também pelo aparecimento de formas sólidas de controle por parte do Estado, com decorrente resistência coletiva. Enquanto as rejeições indígenas e africanas diante de seus colonizadores eram modelos autênticos de movimentos sociais, o que aconteceu no decorrer do século XX foi um período diferenciado de irrupção dos atores do conflito empenhados em questionar as formas de dominação existentes na sociedade com a força das armas (ARCHILA, 1994 p. 264).

Um exemplo aconteceu em 1928, com a empresa *United Fruit Company* e seus empregados. De acordo com Pinheiro (2015), a multinacional impôs aos trabalhadores que assinassem uma declaração confirmando que não pertenciam ao quadro da empresa, de forma que pudessem se livrar do pagamento de benefícios e direitos trabalhistas. Adicionalmente, os salários só eram válidos nos próprios produtos, constituindo praticamente o trabalho semiescravo. Por essas razões, em novembro de 1928, os trabalhadores entraram em greve, reivindicando seus direitos, mas o governo colombiano autorizou o massacre dos camponeses agitadores, classificando-os de “quadrilha de malfeitores” (PINHEIRO, 2015, p. 17).

1.3 ENFRENTAMENTOS INTERPARTIDÁRIOS E O PERÍODO DA VIOLÊNCIA (1930- 1957)

Este novo período, como afirma Gallego (2009), está marcado pela polarização colombiana com relação aos dois partidos políticos tradicionais: o Conservador e o Liberal. O motivo principal das novas hostilidades estava associado com o ascenso ao poder por parte do partido Liberal e, em particular, as suas reformas propostas para o setor agrícola. A autora explica a intenção do partido da seguinte forma:

o controle que os terratenentes exerciam sobre a mão de obra camponesa através de formas de trabalho [...] que mantinham atado o trabalhador à propriedade terratenente, requeria transformações que liberassem para o mercado de trabalho a mão de obra, e possibilitassem o desenvolvimento industrial (GALLEGO, 2009, p. 26).

O fato de o Partido Liberal controlar nesse momento o poder político do Estado foi o bastante para que os conservadores começassem a manifestar resistência, pois não aceitavam a implementação de “reforma agrária nem democratização da terra”, como é corroborado por Pinheiro (2015, p. 26). Por outro lado, o que se buscava com a reforma era que as terras que fossem aptas para a agricultura, e que estivessem sendo utilizadas para a criação de gado ou outros fins, fossem obrigadas a produzir, com o intuito de impor uma utilização econômica para a terra. O problema foi que nem os conflitos foram solucionados, nem a reforma conseguiu ser implementada. Pelo contrário, as hostilidades tomaram proporções maiores pela reação dos conservadores, ao decidir expulsar mão-de-obra e lotar de gado as terras, aumentando assim a violência no setor rural (PINHEIRO, 2015).

Mais uma consequência da violência bipartidária se evidenciou “no avanço normativo em favor do reconhecimento das prestações sociais dos trabalhadores” e na “materialização de seus direitos fundamentais” (GALLEGO, 2009), fato oposto ao que o partido conservador pretendia. No ano de 1942, surgiu a consolidação de uma estrutura organizacional dos movimentos dos trabalhadores rurais, ao ser “fundada a primeira organização de caráter nacional, a Federação Camponesa e Indígena” (PINHEIRO, 2015). Porém, a organização sofreu uma perda considerável de membros, ao serem assassinados no meio de mais uma onda de violência.

É relevante destacar que um dos integrantes da organização que sobreviveu ao ataque foi o *Manuel Marulanda Vélez*, cujo nome verdadeiro era Pedro Antonio Marin, também conhecido pelo codinome ou o apelido *Tirofijo*⁴. Ele foi o comandante das FARC desde a fundação, a partir do ano de 1964 (GALLEGO, 2009, p. 27).

⁴ *Tirofijo* é uma expressão que pode ser traduzida ao português como “aquele que acerta o alvo sempre”.

Os últimos anos do período, antes do surgimento oficial das FARC, foi marcado pelo assassinato de um candidato presidencial Liberal chamado Jorge Eliecer Gaitán, no ano de 1948, momento conhecido como *El Bogotazo*⁵. Assim caracteriza-se a fase de incubação de uma guerrilha “filha da violência bipartidária e de um conflito social não resolvido pelo Estado” (CNMH, 2014, p. 18).

A resistência armada então começou a abrir seu espaço em resposta a esse assassinato, que representava a morte de uma figura pública bastante popular por “enfrentar as oligarquias tanto conservadoras quanto liberais” (PINHEIRO, 2015, p. 53). Contudo, não havia somente descontentamento por parte do Partido Liberal, mas também desavenças internas no Partido Conservador, fato que gerou o estopim para que o General Gustavo Rojas Pinilla, no ano de 1953, tomasse o poder num golpe militar (GALLEGO, 2009, p. 25).

O governo do General Pinilla pretendia, como relatado pelo CNMH (2014, p. 47), “proclamar o restabelecimento da ordem e o cese do enfrentamento bipartidário, e assegurar garantias para que os guerrilheiros entregassem as armas”. Durante os primeiros quatro anos de ditadura militar, grande parte dos grupos liberais aceitaram os acordos de anistia, salvo alguns grupos de camponeses de autodefesa comunista que preferiram manter a resistência.

Segundo o CNMH (2014), esse grupo de camponeses conseguiu, após lutas, fuzilamentos e torturas, o reconhecimento de sua atividade política dentro do aparelho do Estado, no ano de 1957, pela formação do Partido Comunista aliado ao Movimento Revolucionário Liberal, o que certamente permitiu o rompimento de restrições de partidos diferentes aos tradicionais. Com a nova representação, inclusive no Congresso, foram lançados projetos de diminuição de terras dos grandes latifundiários e estipulação de impostos nas terras não cultivadas (CNMH, 2014, p. 50).

Esse cenário histórico, como aponta Gallego (2009, p. 31), encerrou com uma grande mobilização nacional conformada por vários setores da sociedade que buscavam derrubar o regime de Rojas Pinilla. As motivações surgiram devido às intenções dos militares de constituir um partido político próprio, embora tenha apresentado uma proposta de reconciliação com a alternância do poder a cada 4 anos por parte dos partidos tradicionais.

⁵ *El Bogotazo* ganhou o nome pelo fato de o assassinato ter acontecido na Praça de Bolívar, na cidade de Bogotá, local onde estava acontecendo, no dia 9 de abril de 1948, a IX Conferência Pan-americana. O líder político foi chamado para acalmar as manifestações de vários movimentos e sindicatos que estavam organizando manifestações contra a conferência (PINHEIRO, 2015, p. 57).

Diante da ameaça ao sistema e aos próprios partidos, no dia 10 de maio de 1957, liberais, conservadores, estudantes, empresários, igreja, comunistas, representantes da indústria e do comércio se uniram para conduzir a Frente Nacional, movimento de protestos nas ruas que conseguiu finalmente derrubar o governo militar.

1.4 CONFLITOS SOCIAIS E POLÍTICO-IDEOLÓGICOS (1958-1977)

Esses acontecimentos passados formaram parte da ideologia que, por várias décadas, serviu como o alicerce das guerrilhas, especialmente das FARC:

Reconhecer tão longos antecedentes poderia resultar desnecessário, se não fosse pelo peso que dita organização lhe atribui aos seus episódios fundadores ou a suas 'guerras anteriores', tornando-se imagens de culto e destacados objetos de identidade (CNMH, 2014, p. 29).

Segundo Gallego, nesta nova fase da história, a Colômbia se desenvolveu no meio dos embasamentos ideológicos de base marxista-leninista, que era a doutrina majoritária dos movimentos comunistas, além de apresentar uma interpretação dos fatos “à luz dos fundamentos da guerra fria” (GALLEGO, 2009, p. 32). De certa forma, alguns grupos guerrilheiros que ainda não haviam abandonado as armas nem se atribuíam o cometimento de atentados violentos, tentavam adquirir uma identidade de acordo com ideais comunistas, na tentativa de “revestir suas ações de uma nova legitimidade social” (GALLEGO, 2009, p. 32). Por outro lado, a insatisfação social que vivenciara a sociedade de maneira generalizada, devido ao desgaste do monopólio bipartidário, abriu caminho para que novos movimentos e guerrilhas, inspirados também na revolução cubana, se instalassem (CNMH, 2014, p. 30).

Pinheiro (2015, p. 31) destaca que começaram a ser criadas nas áreas rurais “organizações de autodefesas contra a violência oficial e a paramilitar”, simultaneamente com a instituição de entidades, federações e associações por parte do setor das elites tanto liberal quanto conservadora, com o intuito de assegurar os interesses do capital estadunidense. O conflito característico deste período se centra, portanto, em “enfrentamentos entre direita, esquerda, proletariado e burguesia, comunismo e democracia” (GALLEGO, 2009, p. 32).

Além do destaque das questões ideológicas neste período, houve um conflito específico que marcou a institucionalização das FARC. Trata-se do ocorrido numa das organizações de autodefesas comunistas camponesas, como o explica Gallego:

O Movimento Agrário de Marquetália funciona essencialmente como movimento social e autodefesa camponesa, entendida esta como a forma específica de organização entorno ao trabalho agrário, a produção camponesa e a defesa do território de forma simultânea. [...] As práticas de autodefesa no campo militar consistem essencialmente em enfrentar na área qualquer tipo de agressão militar ou paramilitar da população (GALLEGO, 2009, p. 29).

No ano de 1962, o Movimento se vê ameaçado pela primeira vez por parte do Exército, ao induzir a população do município de Marquetália a oferecer informações das guerrilhas em troca de roupa, alimentos e serviços de saúde, com propósito de instalação militar na zona. Ao perceber a iminente intervenção por parte do exército, a população também decide armar-se, disposta a defender o território (GALLEGO, 2009, p. 59). Com a certeza do ataque vindouro, alguns integrantes assumiram a direção do Movimento, entre os quais se destacou *Manuel Marulanda Vélez*. Gallego (2009, p. 61) descreve que “entre o dia 27 de maio e o dia 14 de junho aconteceram os combates entre a resistência de Marquetália e as Forças Armadas, até que esta última ocupou totalmente a região”.

A ação militar em Marquetália tomou grandes proporções tanto a nível nacional quanto internacional, devido aos relatos de uso da violência não confirmados inicialmente pelas Forças Armadas do governo. O CNMH (2014, p. 51) revela relatos de guerrilheiros sobreviventes, explicando que “o Exército entrou na região metralhando e realizando bombardeios indiscriminados, até com o uso de vírus e bactérias em recipientes de vidro”.

Manuel Marulanda virou, então, um mito, ao ser considerado resistência sobrevivente desde o início, cobrando uma dimensão significativa dentro do grupo guerrilheiro. Simultaneamente, a operação Marquetália também virou o marco fundador das FARC, já que, para o grupo insurgente, “o episódio justificava a irrupção e perpetuação da violência na Colômbia” (CNMH, 2014 p. 55).

A institucionalização das FARC, como é comentada por Gallego (2009), aconteceu no dia 20 de julho de 1964, durante uma conferência, na qual se instaurou o Programa Agrário das Guerrilhas. O propósito do projeto era esclarecer à população civil o porquê da resistência e os seus propósitos. Resumidamente, o documento ressalta os seguintes cinco objetivos:

Primeiro, uma *Reforma Agrária Revolucionária* que permitisse a entrega gratuita de terras aos camponeses, sob a base da confiscação da propriedade latifundiária. [...] Segundo, levar adiante o ideal de que a terra é para quem a trabalha, assinalando que dariam títulos de propriedade a quem a explorasse. [...] Terceiro, se respeitaria a propriedade dos camponeses

ricos que trabalhassem pessoalmente em suas terras. [...] Quarto, ao existir um governo revolucionário, haveria também um sistema de crédito, fornecimento de sementes, assistência técnica, entre outros benefícios. [...] E quinto, o programa estabeleceria critérios de reivindicações das comunidades indígenas, outorgando-lhes terras suficientes (GALLEGO, 2009, p. 63).

Em suma, os conflitos do período se centravam nas lutas reivindicatórias reformistas, lutas políticas e lutas armadas. Nas eleições de 1974, para encerrá-lo, os dois grandes partidos tradicionais se enfrentaram na luta pelo poder, voltando à antiga forma de eleição por maioria. O liberal Alfonso López Michelsen chega ao comando do país, o qual gerencia precariamente a economia colombiana, deixando um legado de inflação elevada e mais manifestações de inconformidade (GALLEGO, 2009).

1.5 DETERIORAÇÃO DOS CONFLITOS (1978-2006)

A característica principal do período anterior foi o comportamento dos movimentos armados baseados em doutrinas revolucionárias de viés marxista-leninista. Grande parte desses grupos, inclusive a nível latino-americano, seguia uma variante do comunismo. Gallego (2009) aponta que o início da nova fase se desenvolveu no meio de práticas de terrorismo por parte dos grupos armados contra o Estado e a população civil. Por um lado, utilizavam o deslocamento forçado como estratégia de guerra e, por outro, fortaleciam suas economias graças ao narcotráfico. Como descrito pelo próprio autor, foi uma fase de “degradação do conflito através de assassinatos seletivos, sequestros, massacres, genocídios, catalogados como crimes de lesa humanidade” (GALLEGO, 2009, p. 37). O principal motivo pelo qual se intensificou a violência contra os civis, segundo o CNMH, foi por haver uma maior concorrência entre os atores do conflito. O fato é explicado da seguinte forma:

O período de desafio à ordem guerrilheira por parte dos paramilitares que compreendeu desde 1996 até 2002, esteve marcado pela concorrência entre os atores armados, e em consequência por uma maior intensidade da violência contra a população civil. Em efeito, quando há um controle absoluto por parte de um ator armado, a violência diminui e é mais seletiva. No caso colombiano, os atores que carecem de controle territorial, recorrem à violência como forma de precipitar a troca de lealdades para conseguir se impor. [...] No sentido contrário, o grupo que perde o controle do território procura utilizar a violência em menor grau, com o intuito de evitar a perda de apoio que se ganha como consequência do ataque à população civil com a qual tem forjado vínculos (CNMH, 2013, p. 38).

O auge do narcotráfico foi alcançado também nesta fase, com os cultivos de maconha, e logo passou para as plantações de coca. Lidavam com todos os processos, desde a produção da droga até a venda para o consumidor final nos

Estados Unidos e Europa, principalmente. A aliança ao narcotráfico das guerrilhas em geral, somada ao fortalecimento dos movimentos paramilitares, gerou a perda de credibilidade dos atores do conflito que, em anos anteriores, chegaram a ter apoio de alguns setores da sociedade (GALLEGO, 2009).

Pinheiro (2015) comenta que, em novembro de 1985, após a tomada do Palácio de Justiça por parte de um grupo guerrilheiro chamado M-19, houve uma operação militar de retomada do local com consequentes mortes. O fato gerou uma comoção social e cogitaram encontros entre comandantes guerrilheiros, incluindo as FARC, e representantes do governo, com o intuito de cessar os conflitos. Essa foi, portanto, uma das primeiras tentativas de aproximações do processo de paz.

Outro acontecimento importante foi a morte do narcotraficante Pablo Escobar Gaviria, no ano de 1993, na cidade de Medellín. Após seu assassinato, originou-se uma luta criminal pelo controle da indústria de drogas por parte dos paramilitares, guerrilhas e outros traficantes comuns (GALLEGO, 2009). Os grupos insurgentes lucravam com o negócio da cocaína e faziam o “sequestro de personalidades públicas para pressionar o Estado e obrigá-lo a desistir da extradição de colombianos, eixo da política de luta contra o narcotráfico” (CNMH, 2013, p. 67). A ideia era depredar os recursos das elites e pressionar o Estado, tornando essa tática de guerra uma ferramenta tanto econômica quanto política.

O final do período é particularmente significativo para o presente trabalho, já que foi no ano de 2002, durante o governo do presidente Andrés Pastrana (1998-2002), que aconteceu o sequestro da candidata presidencial Ingrid Betancourt. As FARC, em particular, apostaram na privação da liberdade de políticos com intenção de permutar por guerrilheiros presos. A massificação dessa prática como moeda de troca foi aproveitada pelo grupo para promover uma desmilitarização de alguns municípios, como *San Vicente del Caguán*, “com a intenção de preparar o terreno para iniciar os diálogos de paz” (PINHEIRO, 2015, p. 186). Os municípios desmilitarizados, ou zonas livres, deviam cumprir com o acordo de cessar fogo e seriam cenário de negociações.

Porém, a prática de sequestros se tornou indiscriminada: eram realizados em grandes cidades, aviões comerciais, estradas, sendo este último denominado de *pesca milagrosa*⁶. A situação teve grande repercussão e gerou pânico na comunidade

⁶ *Pesca milagrosa* era a modalidade de sequestro realizada nas estradas, por meio da instalação de blitz improvisadas. Como o Exército costumava ter blitz regularmente, as guerrilhas adotaram o mesmo

nacional e internacional. A rejeição a este tipo de prática na sociedade colombiana fez com que a polarização se radicalizasse, ao ponto de apoiar a intervenção militar por parte do Estado. Nesse momento histórico do país, a mídia levava para conhecimento mundial as condições em que viviam os sequestrados e a dureza dos cativeiros, provavelmente muito mais do que antes, pelo fato de que as novas vítimas eram figuras políticas e tinham mais recursos, portanto faziam uso de sua influência para expor suas tragédias (CNMH, 2013, p. 70).

A insegurança no país, portanto, se intensificou. Naturalmente, as pessoas preferiam não viajar pela estrada à noite, ou simplesmente evitavam sair das suas cidades, por medo de serem feitos reféns ou atingidos por *cilindros bomba*. O CNMH (2013) explica que se tratava do uso de cilindros de gás recheados de pregos, parafusos, pinos, tachas e gasolina. Quando esses dispositivos eram lançados e explodiam, causavam grandes danos em prédios públicos e privados, destruindo igrejas e comunidades. Em ocasiões, colocavam esses dispositivos amarrados em animais, bicicletas ou até em cadáveres. No dia 20 de fevereiro de 2002, as tentativas de acordo cessaram completamente, como explica Pinheiro:

Pastrana rompeu com o processo de diálogo de paz. Deixou como legado o fortalecimento militar dos paramilitares [...], a atuação direta dos Estados Unidos no confronto político-militar através do Plano Colômbia, e a classificação das insurgências como terroristas e narcotraficantes (PINHEIRO, 2015, p. 222).

Pinheiro (2015) corrobora o quão tenso estava o ambiente na campanha presidencial para o período de 2002 a 2006. E se seguiu após o mandato de Andrés Pastrana. Era um momento de apreensão devido também aos “incidentes do 11 de setembro do ano anterior, 2001, o impulsionamento do Plano Colômbia e a finalização abrupta dos diálogos do governo anterior com as FARC” (PINHEIRO, 2015, p. 227). Entre os candidatos estavam Álvaro Uribe Vélez, Horacio Serpa, Luis Eduardo Garzón, Noemí Sanín e Ingrid Betancourt.

Em síntese, os fatores determinantes para a continuidade das discórdias, desde a primeira fase até a última, foram motivados pela permanência do problema agrário, o fortalecimento no narcotráfico, o contexto político, a influência da conjuntura internacional, a fragmentação institucional e territorial do Estado, as propostas de reforma e os processos de paz. Para proporcionar um destaque dos acontecimentos

sistema, porém com a finalidade de levar os ocupantes dos veículos caso fossem de interesse econômico ou político do grupo. Geralmente, os guerrilheiros possuíam listagens para corroborar nomes.

mais relevantes de cada período especificado neste capítulo de contextualização histórica, apresenta-se uma linha do tempo com a evolução do conflito armado colombiano do século XX e início do XXI.

Figura 1 – Linha do tempo das origens do conflito colombiano até o sequestro de Ingrid Betancourt



1.6 SEQUESTRO DE INGRID BETANCOURT

A carreira política de Betancourt iniciou na década de 1990, quando retornou à Colômbia e trabalhou como assessora do Ministério da Fazenda e do Ministério de Comércio Exterior. No ano de 1994, representou o Partido Liberal, ao ser eleita Representante na Câmara de Vereadores, na cidade de Bogotá. Em fevereiro de 2002, foi decidido, junto com a equipe de campanha, que deviam ir a *San Vicente del Caguán*, município designado durante vários anos como cenário de negociações de paz. O objetivo do partido Oxigênio Verde nesta empreitada era “estabelecer um diálogo simultâneo entre todos os atores do conflito” (BETANCOURT, 2010, p. 41). Esses atores aos que se refere a autora eram o Exército Colombiano, os paramilitares e as FARC, representado este último grupo por *Manuel Marulanda Vélez*, ou *Tirofijo*.

Ingrid Betancourt era uma figura muito polêmica. Em 2001, por exemplo, o lançamento do seu livro *Com raiva no coração* desencadeou uma discussão a nível nacional, em parte porque o Congresso é chamado de *ninho de narcotraficantes*, e os políticos são diretamente qualificados como corruptos. Justamente nesse ano, optou por abandonar seu cargo no Senado e se candidatou à eleição de presidente, sem antes qualificar seus antigos colegas de “ninho de ratos” (EFE, 2008).

Uma das denúncias feitas contra o presidente da época ocorreu em 1996, quando expôs o financiamento da campanha proveniente do narcotráfico. Chegou inclusive a fazer greve de fome para impossibilitar a permanência dele no partido Liberal. Porém, o então presidente foi absolvido das acusações. Betancourt finalmente abandonou o partido e aliou-se ao *Oxigênio Verde* (EFE, 2008). A autora descreveu o partido da seguinte maneira:

O Oxigênio Verde era uma organização política ainda jovem – criada quatro décadas antes - e congregava um grupo de cidadãos apaixonados e independentes que lutavam contra os muitos anos de corrupção que haviam paralisado a Colômbia. Defendíamos uma plataforma fundamentada numa alternativa ecológica e um compromisso com a paz. Éramos Verdes, apoiávamos as reformas sociais, éramos ‘limpos’, num país em que a política era conduzida, com demasiada frequência para o nosso gosto, por barões da guerra mancomunados com os paramilitares (BETANCOURT, 2010, p. 39).

Dias antes do sequestro, Betancourt relembra na sua obra que participou de um debate presidencial organizado pelo governo naquele município com a presença das FARC. Durante as discussões, Betancourt exigiu coerência por parte dos guerrilheiros com relação aos seus discursos de paz, já que dias antes o grupo

manifestara atos de lesa humanidade contra a população civil. Porém, eles não cederam e, em 48 horas, o Exército colombiano anunciou a retomada da região e o encerramento das negociações (BETANCOURT, 2010, p. 42).

O sequestro aconteceu no dia 23 de fevereiro de 2002, durante a viagem feita por alguns membros de sua equipe ao município de *San Vicente del Caguán*. A autora descreve que “o objetivo era elaborar, juntos - com as FARC - uma estratégia diante da nova situação de retomada das hostilidades” (BETANCOURT, 2010, p. 43). O grupo de trabalho precisou viajar pela estrada até a antiga *zona de distensión*⁷, mas, devido à falta de acordos, a guerrilha tomou-a como refém política junto com alguns acompanhantes. Assim se iniciaram os 6 anos de sequestro de Ingrid Betancourt na selva colombiana.

⁷ Nome dado em espanhol às áreas livres de postos militares, onde os guerrilheiros se instalavam para tentar mediar os conflitos junto com o governo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA OBRA *É ISTO UM HOMEM?*

Primo Levi era um “cidadão italiano de raça judia” detido pela milícia fascista, no ano de 1943. Inicialmente foi enviado a um campo de concentração numa vila chamada Fóssoli, onde eram recebidas pessoas não gratas ao governo fascista, e eram tomados como prisioneiros; entre as nacionalidades havia ingleses, americanos e iugoslavos (LEVI, 1988, p. 12). O seguinte destino de Levi seria o campo de concentração Auschwitz.

Levi, assim como muitos outros sobreviventes de genocídios, representa para a autora Carolyn Dean a figura de “testemunha moral”, espectador de atrocidades como a do Holocausto europeu (DEAN, 2019), o qual adveio de um racismo de Estado que resguardava a manutenção e a preservação de uma raça em detrimento de outra. Os judeus eram vistos como sujeitos indesejáveis, infames e, portanto, excluídos da sociedade. Por isso, o objetivo principal dos nazistas era persegui-los, abusá-los, matá-los, causando assim uma das maiores catástrofes do século XX.

Segundo Carneiro (2000), entre os anos 1920 e 1930, o principal mentor do Holocausto, Adolf Hitler, já manifestava publicamente seu pensamento racista, o desejo da morte de judeus, negros, prostitutas, homossexuais e outras minorias, acompanhado de uma vontade de conquista da Alemanha. Seu conceito de Estado nazista e da formação de uma raça pura espalhava procedimentos inclusive de eliminação de indivíduos doentes, pela implementação de leis como a de esterilização, a qual fez cerca de 400 mil vítimas, na década de 1930. Embora os judeus não se enquadrassem dentro desse grupo necessariamente, a visão racista era o principal instrumento de poder.

Esse sentimento de abominação do qual Hitler se apropriou já era, na verdade, uma mentalidade latente de épocas anteriores. Segundo Szklarz (2014), uma das teorias que explica a aversão nazista tem origem no pensamento ariano e no caldeirão ideológico predominante entre os alemães. Havia intelectuais que defendiam as pessoas do norte da Europa como um povo geneticamente superior, pensamento que se misturava ao ódio racial.

Para o nazismo, as grandes obras de arte e a ciência haviam sido criadas a partir do talento dos arianos, e essa genialidade era transmitida de geração em geração. Da mesma maneira, os povos inferiores localizados na base da pirâmide

racial estariam compostos por pessoas destinadas ao trabalho forçado. Dentre as nacionalidades da base, se encontrariam os tchecos, os russos, poloneses, africanos asiáticos etc. Chegavam a denominá-los, inclusive, de sub-humanos. Os judeus, em particular, eram a raça mais inferior de todas, considerados até “parasitas degradantes”. Em conclusão, os arianos e os judeus estariam em posições totalmente opostas (SZKLARZ, 2014, p. 9).

De acordo com o mesmo autor, o ódio reforçou seu rumo em direção aos judeus após o fracasso da Alemanha na época da Primeira Guerra Mundial. Hitler promulgava que era por culpa dos judeus e outros “parasitas” que o país sofria com tantas aflições. Entretanto, a derrota na guerra tinha sido pela crise que eles tinham desencadeado. Couto (2008) corrobora a informação e acrescenta que houve também a influência de um jornalista e escritor e poeta chamado Von List, quem inspirava a sociedade alemã a pensar dessa maneira. Apesar de sua morte em 1979, sua filosofia continuava impregnada da ideologia nazista:

Ele acreditava que havia uma conspiração judia que ameaçava a existência da raça ariana, um conceito muito deflagrado na Europa por causa da publicação de um livro forjado pela polícia secreta, chamado *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Esse texto descrevia um suposto plano para que os judeus pudessem atingir a dominação mundial (COUTO, 2008, p. 16).

O texto mencionado, apesar de ser considerado desde aquela época uma farsa, uma obra forjada, culpava aos judeus pelos problemas do país e descrevia uma reunião secreta de liderança judaica que tramava o domínio do mundo. Era uma versão moderna dos mitos medievais. Esses escritos foram tão relevantes para os alemães, que Hitler fez uso deles para justificar a obrigatoriedade do extermínio. O conteúdo dos *Protocolos* começou a difundir-se e a discutir-se junto com a propaganda contra os judeus, partindo principalmente da Sociedade *Thule*, um Grupo de Estudo para a Antiguidade Germânica, o qual se voltou para a política, devido a pressões e, conseqüentemente, se tornou, por obra de Hitler, o Partido Nacional-Socialista Alemão (COUTO, 2008).

A solução, para eles, seria a purificação do sangue germânico, começando pela expulsão de qualquer judeu que ocupasse cargos na imprensa, atuantes do serviço público, professores universitários, cargos culturais, independente da ocupação. Surgiu também na época o termo *antisemitismo*, criado pelo político alemão Wilhelm Marr, que acreditava que, para definir o ódio pelos judeus, era necessário criar um

termo mais científico, na tentativa de expressar especificamente a aversão entre arianos e semitas (SZKLARZ, 2014, p. 12).

Hitler chegou ao poder sabendo aproveitar um momento de grande sede do povo alemão por revanche, após terem se sentido humilhados diante do fim da Primeira Guerra Mundial. O tratado de paz chamado Tratado de Versalhes determinava que Alemanha perdesse, segundo Carneiro (2014), 13% de seu território, reservas de minerais, além de que sua força aérea foi abolida e o exército, reduzido. Também, tinham sido responsabilizados por danos e perdas causados aos aliados durante a guerra, obrigando-os a arcar com os prejuízos. Apesar de sentirem-se feridos, os alemães ainda contavam com a vantagem de serem considerados potência econômica, segundo o tratado de Brest-Litovsk.

Foi nesse momento crucial de uma Alemanha nacionalista ferida, que Hitler ganhou seus ouvidos, pois o povo desejava o tipo de discurso colérico que ele proferia. Hitler investiu, então, em propaganda, como o explica Szklarz (2014, p. 31):

A publicidade nazista tinha que ser popular. Dirigida às massas. E ajustada à inteligência e às expectativas do público. O segredo era focar em meia dúzia de slogans e martelá-los na cabeça das pessoas. Do tipo: “Judeus são bacilos”. Ou: “O marxismo é a estratégia judaica para subjugar o mundo”. A propaganda tinha que marcar os extremos: certo/errado, bom/mau e assim por diante.

O Partido Nazista nasceu nesse momento histórico da Alemanha, em fevereiro de 1920, propondo um programa de abolição do Tratado de Versalhes, a unificação do país, a exclusão dos judeus, entre outras propostas. Após alguns anos na presidência do partido e, inclusive, ter cumprido pena na prisão, Hitler disputou a presidência e se constituiu chefe máximo de autoridade, como *Führer*⁸, conseqüentemente, líder do Estado alemão, em 30 de janeiro de 1933. Ele fazia questão de ser considerado também chefe supremo de Guerra, o que tornava lei a sua palavra (SZKLARZ, 2014).

Hitler teve ao seu dispor uma estrutura de Estado que favorecia a implantação de qualquer ideologia, sem que fosse possível a circulação de propaganda contrária. O seu plano de poder absoluto devia ser aceito por todos, e para isso foi instaurada a polícia secreta de Hitler: a Gestapo. Esses oficiais tinham poder sobre a vida e a morte, decidiam quem devia ser exilado ou levado aos campos de concentração. Inicialmente, começaram a agrupar os judeus, coagindo-os a saírem das suas cidades

⁸ *Führer*: líder, em alemão.

e transportando-os aos campos. Embora Hitler fosse o idealizador do Holocausto ou *Shoa*, Carneiro (2000) salienta que houve, de fato, o envolvimento de milhares de alemães que participaram da concretização daquilo que era veiculado pela propaganda antisemita.

Os campos de concentração foram estabelecidos na Alemanha desde os primeiros anos de comando de Hitler, disseminando-se rapidamente por toda a Europa durante a conquista nazista. De acordo com Wachsmann (2015), a SS arquitetou aproximadamente 27 campos principais e cerca de 1100 menores; chamados de KL, em referência à palavra *Konzentrationslager*⁹, chefiados por Heinrich Himmler, cuja política obsessiva pronunciava na “eliminação de todos os estranhos políticos, sociais e raciais, o sacrifício do indivíduo no altar da higiene racial e da ciência assassina, o recurso ao trabalho forçado para glória da pátria”, entre outros ideais (WACHSMANN, 2015, p. 15).

Em 1º de setembro de 1939, a Segunda Guerra Mundial foi iniciada, com o avanço sobre a Polônia. França e Inglaterra declararam guerra contra a Alemanha. Os guetos começaram a funcionar como confinamento transitório de judeus, sendo bairros isolados com muros ou arame farpado eletrificado. Por conta das doenças, as superlotações, a falta de saneamento e a fome nesses espaços, muitos judeus morreram. Contudo, cerca de 80% de todas as vítimas ainda estavam vivas, no ano de 1941. O extermínio massificado acelerou no ano de 1942: em um período de 8 meses, foram mortos 2,5 milhões de judeus (SZKLARZ, 2014, p. 71).

Segundo Wachsmann (2015), estima-se que 6 milhões de homens, mulheres e crianças, entre os anos de 1933 e 1945, tenham sido levados aos KL. A maioria perdeu a vida em Auschwitz, considerado como um campo de trabalho e de extermínio ao mesmo tempo, e um lugar estratégico para levar a cabo o aniquilamento sistemático de judeus europeus durante a Segunda Guerra Mundial, conhecido como *Solução Final* ou Holocausto (WACHSMANN, 2015, p. 9).

Apesar de Auschwitz ser o KL mais conhecido, já existiam campos de trabalhos forçados e de “higiene racial” desde muito antes da conquista do poder pelos nazistas, mais exatamente durante a Primeira Guerra Mundial. Durante os anos 1920, com o advento dos regimes totalitários, os campos já eram considerados lugares de terror

⁹ *Konzentrationslager*. campos de concentração, em alemão.

para a detenção de suspeitos políticos e marginais sociais e étnicos. Porém, os campos foram atribuídos a Hitler como símbolo de sua guerra (WACHSMANN, 2015).

Auschwitz, em particular, servia não somente como campo de trabalho escravo, incineração e câmaras de gás, mas também foi transformado em laboratório com cobaias humanas. Os prisioneiros eram usados para testes de drogas, experimentos de malária, provas de resistência humana, no caso dos homens. Com as prisioneiras, eram feitas experiências de regeneração de nervos, ossos e músculos, entre outros tipos (SZKLARZ, 2014).

Durante a pós-guerra, a realidade do que aconteceu nos campos nazistas não foi novidade aos olhos do mundo, pois os próprios aliados já tinham ciência das atrocidades e alguns ex-detidos já espalhavam relatos de suas experiências. Contudo, foi após a libertação dos campos *Dachau*, *Buchenwald* e *Bergen-Belsen* que começaram a surgir reportagens em jornais, revistas, programas de rádio, entre outros meios de comunicação. A partir das libertações, os que tinham sido presos testemunharam seus sofrimentos, por meio de diários redigidos, durante o cativeiro ou após o resgate (WACHSMANN, 2015).

O ex-presidiário político alemão, Edgar Kupfer, recluso por ter criticado o regime nazista, ficou bastante conhecido por ter escrito mais de 1800 páginas durante sua detenção, fazendo uso de suas atribuições nos escritórios do campo *Dachau*. Ele conseguiu ser liberto e publicou sua história, assim como outros homens e mulheres sobreviventes que não mediram esforços para divulgar seus relatos, os quais foram colocados diante de historiadores empenhados em investigar esse tipo de ocorrências. Isso resultou na primeira conferência internacional de sobreviventes do Holocausto, no ano de 1947 (WACHSMANN, 2015).

Com o mesmo objetivo de preservar as memórias do campo, o judeu italiano Primo Levi, sobrevivente de quase um ano de sofrimento em Auschwitz, também escreveu. Sua obra *É isto um homem?* foi publicada em 1974, na qual ele refletiu: “A necessidade de contar aos outros, de tornar os outros participantes, alcanço entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (LEVI, 1988, p. 8).

Embora os relatos tenham feito eco no mundo inteiro, as memórias e os julgamentos nos anos 1950 estavam deixando de ser motivo de interesse:

De modo mais geral, a memória pública dos campos estava a ser marginalizada pela reconstrução e pela diplomacia do pós-guerra. Com a linha da frente da Guerra Fria a passar diretamente pela Alemanha e a

transformar os dois novos, e opostos, Estados alemães em aliados estratégicos da URSS e dos Estados Unidos, falar nos crimes dos nazis não era politicamente correto (WACHSMANN, 2015, p. 22).

Nas palavras do próprio Levi, "Hoje em dia, falar nos campos de concentração é de mau gosto. [...] Há um silêncio que é fruto da consciência insegura ou mesmo da consciência pesada" (PRIMO..., 2020). Por sorte, nos anos 1960 e 1970, ressurgiu o interesse por conta do julgamento de criminosos nazistas, como Adolf Eichmann. Assim, outras obras de sobreviventes foram publicadas e, em especial, a do Primo Levi, *É isto um homem?*, entrou para o cânone de literatura moderna.

3 O PODER PARA FOUCAULT

Foucault nasceu na primeira metade do século XX, no ano de 1926, época caracterizada pelos questionamentos sobre a sociedade em si e a epistemologia. A filosofia francesa da época era conduzida por grandes nomes, como Hegel, precursor do existencialismo e do marxismo, Husserl e Heidegger, criadores da escola da fenomenologia, Jean Paul Sartre e Nietzsche, entre outros. Alguns dos seus professores já se destacavam no meio intelectual, como Georges Canguilhem e Maurice Merleau-Ponty (TERNES, 2004, p. 156).

Durante sua trajetória intelectual, Foucault preferia evitar a categorização das suas obras, já que circulavam assistematicamente entre várias áreas do conhecimento, como a História, Sociologia, Psicologia, Medicina, Filosofia, entre outras, da mesma forma que não se considerava freudiano, marxista ou estruturalista. Ele se definia a si próprio, como cita Taylor (TAYLOR, 2018, p. 9), um “experimentador, em oposição a um teórico”. Ao priorizar o saber independentemente do objeto de estudo, Foucault centrou seus estudos na história do pensamento, questionando os diferentes surgimentos de discursos julgados como verdadeiros (TERNES, 2004, p. 156).

Seus trabalhos sobre a genealogia do poder surgiram após pesquisar documentos para a escrita das obras *História da Loucura na idade clássica* (1978) e *Vigiar e Punir* (1999b). Neles, o autor encontrou evidências na história das penalidades e percebe as relações de poder que circundam os indivíduos em condições de encarceramento. Um dos modelos punitivos aplicados é descrito na segunda obra referenciada, com o suplício do camponês francês Robert-François Damiens no ano de 1757, o qual foi terrivelmente torturado e esquartejado em praça pública.

O outro indício de poder criado por Léon Faucher, em 1838, normatizava o horário de trabalho de jovens detentos em Paris, acrescido de tempo de estudo e práticas religiosas. O que diferenciava um dispositivo disciplinar do outro era o sumiço da encenação punitiva, para assim dar o deslocamento do sofrimento, de maneira que abstratamente se soubesse que estava sendo castigado (CASTRO, 2018).

Com relação à conceitualização do poder, alguns autores concordam que a passagem da arqueologia para a genealogia não significou necessariamente uma oposição de perspectivas. Segundo Taylor (2018), por exemplo, Foucault esclarece

que aquele “poder soberano”, considerado na sua fase arqueológica, o qual era efetuado de maneira sufocante por um indivíduo sobre outro, tornou-se ineficiente perante o contexto social, político e econômico existente a partir do início do século XVII, embora ainda existente. Trata-se, portanto, de uma reformulação sem supressão de acordo com a mudança de época, ajustando a prática às circunstâncias da modernidade. Como o esclarece Foucault:

Durante todo o século XVIII, dentro e fora do sistema judiciário, na prática cotidiana como na crítica das instituições, vemos formar-se uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar: [...] fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir (FOUCAULT, 1999b, p. 69).

Desse modo, Foucault apresentou em *Vigiar e punir* (1999b) a noção da história moderna e seu novo modo de exercer o poder de julgar, retratando a genealogia da disciplina da época. O cárcere como mecanismo disciplinar toma uma concepção renovada, considerando o encarceramento não somente como consequência de uma penalização. É relevante a forma como essa privação da liberdade se interliga com a aplicação disciplinar, a qual normaliza o pensamento dos indivíduos, constituindo uma forma de poder modernizada (CASTRO, 2018, p. 91).

O próprio Foucault justifica que ele pretendia ilustrar como, a partir do século XVII aconteceu uma remodelação da produtividade do poder. Os principais aparelhos de Estado, como a polícia, o exército e a gestão, geraram uma “nova economia do poder”, através da implementação de técnicas diferenciadas mais eficientes, menos onerosas e menos passíveis de resistência (FOUCAULT, 1979, p. 8)

Levando esse conceito a um nível generalizado, como explica Castro (2018), a disciplina é um dispositivo de exercício do poder sobre a sociedade. Aplica-se essa medida disciplinar a um preso em sua cela, a um enfermo em seu leito, a um estudante em sua sala, a um trabalhador em sua repartição, na medida em que se monitoram suas ações com a implementação de técnicas, como a vigilância e o uso de instrumentos como códigos de conduta.

Até então, têm sido colocados alguns dos conceitos de poder de acordo com o pensamento de Foucault: o poder soberano e o poder disciplinar. O primeiro faz referência à capacidade de prevalecer e agir sobre outro indivíduo, com a prática de produzir a morte ou permitir viver; o segundo se manifesta através das instituições, sobre a disciplina do corpo individual, a vida e todo seu desdobramento que o poder

se firma (FOUCAULT, 1999a, p. 130). Da mesma forma, é fundamental mencionar também o biopoder para abranger o que implica a sua microfísica.

O biopoder, como explica Taylor (2015), é um modelo de prática de controle não mais sobre seres individuais, mas uma sociedade. Funciona de maneira que o sujeito internaliza as normas, sem a necessidade de aplicar amedrontamento ou violência. Não se trata de um poder que deduz e tira, mas que regula e controla.

Para Foucault, existem várias implicações na aplicação do biopoder em *História da Sexualidade I* (1999a). Uma delas se refere à propagação de tecnologias que controlam a maneira como as pessoas devem viver, vestir-se, alimentar-se; em geral, todas as características biológicas do ser humano e seus estilos de vida. Por outro lado, é necessária a criação de métodos de domínio além dos aplicados de acordo com a lei, como a execução e a morte, no caso do poder soberano. Em efeito, seriam estratégias que pudessem mensurar, qualificar, categorizar (FOUCAULT, 1999a).

Um exemplo prático da diferença entre os três tipos de poder é desenvolvido por Foucault no curso *Segurança, Território, População* (2008b). Se um indivíduo cometesse um crime de roubo, o mecanismo legal ou jurídico característico da Idade Média nos séculos XVII e XVIII aplicaria uma multa, o exílio ou até o enforcamento, de acordo com o código penal, caracterizando o *poder soberano*. No mecanismo disciplinar iniciado a partir da era moderna, ou seja, o século XVIII, a norma aplicaria métodos de vigilância e de correção, sendo que, além do culpado e do ato legislativo, surgem técnicas policiais, médicas, psicológicas e de observação em prol da transformação do indivíduo.

O último mecanismo, o biopoder, não se configura exatamente conforme o código penal ou as práticas de controle, mas desenha novas formas de penalidade que calculam seus custos. Apesar de não anular totalmente os mecanismos legais nem os disciplinares, o biopoder ou mecanismo de segurança questiona: quanto custa à sociedade a repressão pelo roubo? Encareceria mais uma repressão branda ou rigorosa? O ladrão é de fato educável? Em outras palavras, insere o fenômeno do roubo em questão (FOUCAULT, 2008b).

Apesar de parecerem divididos em épocas, Foucault reitera que nenhum mecanismo substitui o outro ao longo do tempo. Ele o explicou da seguinte maneira:

Portanto, vocês não têm uma série na qual os elementos vão se suceder, os que aparecem fazendo seus predecessores desaparecerem. Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês

têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar [...]. Em outras palavras, vocês vão ter uma história dos deslocamentos das técnicas utilizadas em cada mecanismo (FOUCAULT, 2008b, p. 12).

A compreensão de que os mecanismos se relacionam e existe certa dominância por parte de um deles, dependendo do momento histórico, faz com que se observe uma dinâmica nessas relações de poder, caracterizada por constantes mudanças entre os indivíduos, as sociedades e as instituições ao longo do tempo. Portanto, antes de tentar compreender as relações de força de algum fenômeno macro em particular, como seria uma instituição, é primordial começar pela base ou as chamadas relações de força, que fazem referência ao comportamento e à interação social dos indivíduos que a compõem.

4 ANÁLISE DO CORPUS

4.1 FUNCIONAMENTO DAS RELAÇÕES DE PODER NAS FARC

As teorizações de Foucault, ao analisar o poder, passam pelo estudo minucioso do seu funcionamento. Porém, seu objeto de estudo se centra na forma como esse poder se distribui profusamente pelo tecido social e, no seu exercício, é “capaz de explicar como nos subjetivamos imersos em suas redes” (VEIGA-NETO, 2003, p. 62). Segundo Veiga-Neto (2003), Foucault analisa, a nível de *corpus*, as transformações de práticas institucionais que criam corpos dóceis, indo além de uma simples descrição; mas com o intuito de traçar a genealogia das relações de poder.

Nessa perspectiva, serão inicialmente utilizadas as narrativas de Betancourt durante seu sequestro, para tentar alcançar a maneira como funcionavam as relações de poder nos acampamentos guerrilheiros, na selva colombiana, para depois buscar entender a relação do sujeito e sua sujeição a esse exercício de poder.

No meu primeiro dia de cativo, [...] Clara e eu nos levantamos, pedi para ir ao banheiro. Nossa guarda se chamava Isabel [...]. Recebeu meu pedido dando-me um de seus mais belos sorrisos e estava visivelmente encantada de cuidar de nós. Pegou-me pela mão e depois prendeu meu antebraço sob seu cotovelo, num gesto inesperado de afeto e cumplicidade: “Vocês vão gostar muito de ficar conosco, podem acreditar, não terão mais vontade de ir embora!” (BETANCOURT, 2010, p. 69).

Neste corpus, é possível observar uma linguagem emocional, por parte da guerrilheira que inicialmente cuidava de Betancourt e sua companheira de campanha, Clara Rojas. Essa expressão afetiva valida a maneira como o poder estava tecido dentro do grupo humano que trabalhava nas FARC, especificamente dos guerrilheiros que cuidavam dos acampamentos, sem ser os comandantes. O fato de uma guerrilheira expressar que não tem vontade de ir embora evidencia uma afeição pelo contexto e pela situação em que se encontra dentro do grupo subversivo. Para Foucault (1999a, p. 45), “O poder ganha impulso pelo seu próprio exercício; o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça”. Os guerrilheiros percebiam a vida dentro dos acampamentos como prazeroso; sentiam-se estimulados, apesar das estruturas controladoras e dos códigos de conduta que os dirigiam.

Um exemplo desses códigos eram os chamados *requerimentos*. Betancourt narra que, antes das tentativas de fuga, o seu comandante imediato, chamado de *El mocho Cesar*, permitia certos privilégios de alimentação, vestimenta, entre outros, enquanto não era permitido aos guerrilheiros comuns obterem um objeto de seu

desejo sem a autorização de um chefe. Betancourt descreve que, recém-chegada ao acampamento, ela solicitou roupa íntima para o comandante; quando recebeu o pedido, a guarda Isabel manifestou seu gosto pela roupa, porém não pôde aceitar de imediato o presente de Ingrid devido à regra dos *requerimentos*:

Isabel [...] olhava com um desejo manifesto, para as roupas de baixo vermelhas de rendas pretas. [...] Ofereci-as. Ela as revirava em todos os sentidos, com uma felicidade infantil, e as guardava de novo, como se afastasse uma tentação grande demais. Finalmente se levantou [...] e falou bem alto para que os companheiros ouvissem: “vou fazer um requerimento”. [...] Os requerimentos eram parte fundamental da vida nas FARC. Tudo era controlado e vigiado. Ninguém podia ter uma iniciativa qualquer, dar um presente a alguém ou recebê-lo, sem pedir permissão (BETANCOURT, 2010, p. 74-75).

Havia também códigos de linguagem, jargões para se referir às pessoas, cargos, locais e diversas situações do acampamento. Por exemplo, para se referir à alta cúpula dirigente das FARC, utilizava-se a expressão *O Secretariado*; para sinalizar o horário de todos acordarem, utilizavam *la churiquiada*, ou seja, alguns guerrilheiros passavam pelas barracas imitando o barulho dos macacos (BETANCOURT, 2010, p. 69-71).

Eu estava tentando aprender esses novos códigos, esse vocabulário desnorteante. A *caleta* deveria ser sua cabana, assim como os *chontos* eram o banheiro, e a *repcionista* era a empregada. Imaginava que numa organização revolucionária certas palavras deviam ser banidas. Devia ser impensável engajar-se nas FARC para acabar fazendo o trabalho de uma doméstica. Claro, era melhor ser chamada de recepcionista. [...] Seu dialeto se prestava a confusão. Eu começava a aprendê-lo como se fosse uma língua estrangeira, tentando memorizar as palavras cognatas entre o meu espanhol e o deles (BETANCOURT, 2010, p.72,78).

Observam-se até aqui marcas dos mecanismos disciplinares que eram colocados em funcionamento nos acampamentos. Essas marcas sugerem que as FARC utilizariam o corpo que o Foucault considera como “corpo político”, não na dimensão biológica, mas sua existência dentro do campo das relações de poder. Segundo ele, o corpo político se define como um “conjunto de elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber” (FOUCAULT, 1999b, p. 27).

As FARC estariam, então, utilizando esses elementos para criar corpos dóceis e úteis. Isabel, a guardiã, provavelmente se sentia objeto de saber e regozijada por fazer parte da estrutura, e por isso, talvez, não sentisse vontade de ir embora. Os chamados *requerimentos* funcionavam como técnica disciplinar que permitiam o controle de qualquer solicitação sobre um objeto de desejo que todos deviam saber e

ouvir. A necessidade de mão-de-obra para o aparelho funcionar fazia com que essas técnicas fossem mais eficazes do que matar qualquer um fora do padrão, embora os suplícios ainda existissem. Como explica Foucault (1999b, p. 66), "significa uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância". O jargão dos guerrilheiros é um exemplo de uso da linguagem para criar entre eles uma identidade própria.

Outra característica dos acampamentos das FARC era sua curta duração no local de assentamento, em razão do controle aéreo ou terrestre que o Exército Nacional Colombiano fazia constantemente, ameaçando a localização. Toda vez que se sentiam rastreados, acontecia uma deslocação completa de pessoas e objetos para não serem descobertos, o que devia ser orquestrado com rapidez:

Devia ser nove da noite quando os ouvi chegando de longe: Helicópteros – havia vários se aproximando rapidamente de nós. No mesmo instante, o frenesi tomou conta do acampamento [...]. – “Peguem tudo que puderem, vamos embora imediatamente, é a aviação”. Meu cérebro entrou em estado de vigília. Ouvi as vozes histéricas ao meu redor e entrei num outro estado, meio inconsciente: calçar os sapatos. Enrolar as roupas dentro da sacola, pegar a sacola, verificar se algo foi esquecido, marchar (BETANCOURT, 2010, p. 76-77).

Essa tática fazia com que o Exército não conseguisse encontrá-los, mesmo seguindo as pistas que os informantes lhes entregavam nas localidades próximas. Para que a estratégia funcionasse, o acampamento todo devia entender a importância da organização, evitar o uso de lanternas e outros objetos que pudessem dar pistas, especialmente durante a noite. Foucault (1999b) explica que, justamente, uma das características da disciplina exercida nas instituições do século XVIII e ainda no XIX consistia no grau de precisão que o corpo devia ter com o gesto, com o movimento. A ordem de execução de uma atividade ia além de produzir um ritmo coletivo, além de uma imposição do exterior: “é um programa; ele realiza a elaboração do próprio ato; controla do interior seu desenrolar e suas fases. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 1999b, p. 129).

Dessa forma, o controle disciplinar não se limitava à imposição de procedimentos que deviam seguir em caso de ameaça; eles deviam levar o gesto, o movimento ao nível máximo de eficiência, porque dependia de todos a invisibilidade do local: o ponto ideal era aquele em que “o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência” (FOUCAULT, 1999b, p. 131). Para Foucault (1999b, p. 140), o que importa entre o mestre que aplica a disciplina e o indivíduo que a recebe é que haja

uma “relação de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente”. Assim, para as FARC, o que importava era que, além dos códigos de conduta e de comunicação compreendidos, provocassem o comportamento esperado por parte de cada um.

Para o poder disciplinar perdurar, precisa do bom adestramento do corpo dócil e útil. Assim, no lugar de retirar e reduzir a massa disciplinada, pode ser ligada e multiplicada por si só. Trata-se da fabricação de indivíduos utilizados tanto como objetos quanto reprodutores do mesmo exercício de poder. Os guerrilheiros dos acampamentos, por exemplo, eram doutrinados contra toda a classe política da época, de maneira que entendiam sua luta e seu alistamento nas tropas das FARC como uma força de resistência contra aqueles que fossem apontados como inimigos; o espírito revolucionário que os norteava devia ser ensinado constantemente. Betancourt explica como aconteciam as doutrinações:

Eu era uma mulher política. Essa denominação encerrava todo o ódio de classe com que eles lavavam seus cérebros diariamente. O doutrinamento era uma das responsabilidades do comandante. Cada acampamento era construído segundo o mesmo modelo e compreendia a construção de uma sala de aula, onde o comandante informava e explicava as ordens e onde todo mundo devia denunciar qualquer atitude não revolucionária que tivesse testemunhado, sob pena de ser considerado cúmplice, passível de julgamento em corte marcial e de fuzilamento (BETANCOURT, 2010, p. 33).

Além do olhar hierárquico, outro recurso para o bom adestramento é a sanção normalizadora, que para Foucault (1999b) não tem o objetivo da expiação, nem de repressão. O castigo visa a redução dos desvios, portanto é essencialmente corretivo. Porém, os castigos e punições aplicados, tanto para guerrilheiros quanto para sequestrados que desobedecessem, provavelmente tenham se aproximado ao suplício, devido às técnicas de sofrimento utilizadas. O fazer morrer era importante, na medida em que se constituía como corretivo exemplar para todos os integrantes da instituição. Segundo Foucault (2008b, p. 10), “quando se impunha uma punição dita exemplar, era precisamente porque se pretendia obter um efeito corretivo, se não sobre o culpado propriamente, [...], pelo menos para o resto da população.

Então, a estrutura das FARC precisava ser conservada, mesmo que fosse necessário maltratar, torturar, tirar a vida. O próprio coletivo se encarregava de aplicar os castigos, ou seja, os mesmos companheiros guerrilheiros tinham ordens para castigar aqueles que agissem de forma incompatível com os códigos. Não era permitido, por exemplo, ter contato com um sequestrado, a não ser os guardas

destinados para essa tarefa. Yiseth era uma guerrilheira que também havia cuidado temporariamente de Ingrid durante o sequestro, e até ela precisava evitar conversar, sob pena de ser castigada com a morte: “se me virem falar com você, vão me matar” (BETANCOURT, 2010, p. 23).

As descrições feitas até aqui evidenciam que a disciplina era a técnica de poder exercida pelas FARC; o grupo subversivo utilizava esse instrumento de poder para atuar sobre o corpo individual, utilizando a punição e a vigilância como mecanismos de criação de sujeitos dóceis, que são descritos por Foucault (1999b, p. 118) como “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Porém, este tipo de disciplina era exercido sobre os guerrilheiros, considerados o corpo da instituição. Portanto, é necessário entender o funcionamento do sequestro, o confinamento dos reféns dentro dos acampamentos.

Os sequestrados por guerrilhas eram homens ou mulheres, civis ou políticos aos quais era destinada uma prisão, privados de todos os seus direitos. As carceragens dos reféns aconteciam em locais isolados, de maneira que os corpos tinham sua movimentação suprimida. Betancourt (2010) era uma sequestrada política, o que significava que podia servir tanto para pedir recompensa financeira quanto por troca de reféns guerrilheiros capturados pelo Exército. Na obra de Betancourt (2010), é relatado um momento em que ela percebeu que, se não houvesse acordo entre as partes após uns dias da captura, ela poderia ser morta, pois não teria mais valor:

Eu já entendera o significado do comunicado à imprensa que o Secretariado divulgara. Eles confirmavam que eu estava com eles como refém e incluída no grupo dos “intercambiáveis”¹⁰. Ameaçavam me matar se ao fim de um ano exato de minha captura não se chegasse a um acordo para libertar os guerrilheiros presos nos cárceres colombianos. Ficar um ano em cativeiro para ser executada em seguida: eis o que me esperava. Iriam cumprir as ameaças? Eu não conseguia acreditar nisso, mas não queria estar ali para verificar. Precisava fugir (BETANCOURT, 2010, p. 76).

Nesse momento do sequestro, quando ela começou suas tentativas de fuga, os castigos aconteceram com severidade. “A ordem do comandante é maltratá-la. Quando chegarem, vão berrar, insultá-la, empurrá-la. Não responda, de jeito nenhum. Não diga nada. Querem castigá-la. E vão levá-la. Só haverá homens com você” (BETANCOURT, 2010, p. 23). Então, foi rodeada por três guerrilheiros, homens, enquanto a guerrilheira era obrigada a voltar ao acampamento. Conforme a autora:

¹⁰ Reféns políticos capazes de ser alvo de uma troca com guerrilheiros das FARC presos nas prisões colombianas (BETANCOURT, 2010, p. 76).

Um deles começou a rodar em volta de mim; [...] segurava o fuzil com dificuldade, no alto da cabeça, pulava e gesticulava, deixando-se levar por uma ridícula e violenta dança guerreira. [...] Uma pancada que levei nos flancos me fez compreender que havia um segundo; [...] berrava e cuspiam, me xingando com palavras grosseiras e absurdas. [...] O terceiro me empurrava pelas costas. [...] Precipitou-se para cima de mim e, com um golpe seco, me bateu na cabeça com a corrente. Caí de joelhos na frente dele. [...] Senti uma dor intensa, acrescida da grande tristeza que me invadia em pequenas ondas à medida que retomava a consciência do que acabara de acontecer. Como ele se atrevera? Não senti indignação, mas, bem pior, a perda da inocência. [...] Sabia que meu corpo era objeto de violência deles (BETANCOURT, 2010, p. 24).

Nesse trecho, vemos as marcas de uma penalidade descrita em *Vigiar e Punir* como suplício, termo definido como “pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz; fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e a crueldade” (FOUCAULT, 1999b, p. 32). Esse tipo de punição era aprovado e orquestrado pelos altos mandos da guerrilha, como o afirma Betancourt:

Eu era temida por ser uma mulher ‘política’. Essa denominação encerrava todo o ódio da classe com que eles lavavam seus cérebros diariamente. O doutrinamento era uma das responsabilidades do comandante. Cada acampamento era construído segundo o mesmo modelo e compreendia a construção de uma sala de aula, onde o comandante informava e explicava as ordens e onde todo mundo devia denunciar qualquer atitude não revolucionária que tivesse testemunhado, sob pena de ser considerado cúmplice, passível de julgamento em corte marcial e de fuzilamento (BETANCOURT, 2010, p. 33).

A partir desse enunciado, é possível inferir que o discurso político de ódio por parte das FARC se constituiu em suas origens provavelmente desde a época de lutas camponesas dos anos de 1950, até institucionalizar-se como guerrilha no Movimento de *Marquetália*. Esse discurso de revolta contra o sistema de governo e os políticos se formulava entre as gerações de insurgentes que viviam diretamente o contexto de guerra, até as populações circundantes afetadas indiretamente pelos conflitos. Assim, gerava a circulação de uma verdade, explicada por Betancourt (2010, p. 33) “Eu me encaixava no grupo dos reféns políticos, cujo crime era, segundo as FARC, ter aprovado leis a favor da guerra. [...] Éramos uma espécie de sanguessugas, prolongávamos a guerra para tirar dela vantagens econômicas”.

Betancourt (2010, p. 33) ainda esclarece uma possível verdade que circulava e se fazia presente entre os guerrilheiros: “Ensinavam-lhes que a política era a atividade dos que conseguiam ludibriar e enriqueciam sonhando impostos. [...] Para eles, todos os que não estavam com as FARC eram crápulas”. A propósito de verdade, Foucault (1996) justifica, por meio do procedimento de exclusão chamado ‘vontade da verdade’, que existe um tipo de controle do discurso, exemplificado na separação do

conceito de razão e de loucura. O discurso do louco era impedido de circular justamente no meio em que o discurso da razão o fazia. No caso do discurso que circulava entre as FARC, era considerado a verdade aceita e se excluía qualquer tipo de oposição.

4.2 FUNCIONAMENTO DO PODER EM CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

Houve, na história da Alemanha do século XX, uma transição de regime de poder entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra Mundial. Ao chegar ao comando do país, Hitler articulou, por anos, a maneira de concretizar uma ditadura militar, aproveitando as circunstâncias da época. Houve uma passagem do discurso democrático para o totalitário, na medida em que Hitler ganhou domínio total sobre as decisões do comando, fazendo com que o Estado se deslocasse do poder de gerir a vida da população, para gerar a morte de certos grupos sociais.

De modo geral, o Estado utilizou uma estratégia que amparava seu discurso de eliminação de judeus: a purificação da raça. Ao falar de Biopoder, Foucault (2005, p. 309) explica que “o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano”. Assim, a ativação do racismo permitiu o imperativo da morte que tanto desejava ser instaurado no regime nazista: “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Para Foucault, uma das funções do racismo é “estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio” (2005 p. 304); é justamente o tipo de abordagem que Adolf Hitler fez do povo judeu no seu livro *Minha Luta*, ao desqualificá-los e referir-se em termos não políticos, mas biológicos:

Muitas vezes, posteriormente, senti náuseas ante o odor desses indivíduos vestidos de caftan. A isso se acrescentem as roupas sujas e a aparência acovardada e tem-se o retrato fiel da raça. [...] Quanto mais baixo é o nível intelectual e moral desses industriais da Arte, tanto mais ilimitada é a sua atuação, pois até os garotos, transformados, em verdadeiras máquinas, espalham essa sujeira entre os seus camaradas. Reflita-se também no número ilimitado das pessoas contagiadas por esse processo, Pense-se em que, para um gênio como Goethe, a natureza lança no mundo dezenas de milhares desses escrevinhadores que, portadores de bacilos da pior espécie, envenenam as almas. (HITLER, 1983, p. 29).

Termos como *bacilos*, *vermes*, *câncer*, eram vastamente utilizados por Hitler, colocando dessa forma uma raça desfasada em relação a outra, à margem. O

exercício do poder soberano sobre os judeus se justificava através do perigo biológico que eles representavam: a morte de uns em detrimento de outros era argumento constante na sociedade alemã, ao mesmo tempo que enaltecia a raça ariana. O nazismo estava dessa maneira exercendo o poder disciplinar e o biopoder simultaneamente, visto que preservava a raça ariana e, por outro, controlava a existência de um povo através de mecanismos disciplinares.

Com relação aos que exerciam o poder na sociedade nazista, vale ressaltar o imenso apoio popular do qual Hitler usufruía; a participação da própria nação foi imprescindível, tanto nos processos de identificação de judeus nas comunidades quanto na vigilância do cumprimento das leis. O autor Szklarz explica da seguinte maneira: “Mas a Gestapo não era tão onipresente assim. [...] Só havia um jeito: com a informação fornecida pelo cidadão comum. O vizinho. A manicure. A amante. O dentista. Essa enorme rede de informantes – alguns voluntários, outros pagos” (2014, p. 39).

Isso quer dizer, como sugere Foucault que, para poder exercer o direito de matar, não necessariamente se utilizavam instrumentos diretos. Quem dedurasse, fazia uso de uma técnica de poder de assassínio indireto: “o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte, ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição” (2014, p. 306) Essa tecnologia do poder que vigila, hierarquiza, racionaliza e organiza os corpos individuais constituía no poder disciplinar. Por outro lado, as técnicas que incidem sobre o corpo, não individualizando-o, mas gerindo o nascimento, a morte, a doença entre outros conceitos, constituía no biopoder (FOUCAULT, 2014).

Dentro dos campos de concentração, é possível observar a tecnologia do poder disciplinar, especificamente. No clássico da literatura contemporânea *É isto um homem?*, há materialidades discursivas que, em palavras de outro autor, também em circunstâncias de prisão, refletem tanto o exercício do poder soberano quanto alguns procedimentos de exclusão. O autor descreve sua experiência da seguinte maneira:

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seus seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo o que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidira sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará claro, então, o duplo significado da expressão ‘campo de extermínio’, bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo (LEVI, 1988, p. 33).

Nessa materialidade, observa-se primeiramente como os prisioneiros eram privados de liberdade em vários sentidos, castigados de forma soberana e repressiva. Por outro lado, ao falar de critérios de conveniência, traz à tona o funcionamento do poder: dentro da hierarquia em Auschwitz, até os próprios judeus podiam exercer cargo de comando, por mais baixo que fosse o nível, de modo que o indivíduo pudesse oferecer serviços de cozinheiro, enfermeiro ou guarda noturno, recebendo o nome título de Funcionário do Campo. Eram naturais funcionários não judeus que entravam diretamente sabendo que assumiriam uma função no lugar. Porém, um judeu que recebia um cargo e chegava a ter, inclusive, o poder sobre a vida e da morte dos seus próprios conterrâneos, constituía a expressão de como o poder age naquele que, embora em condições de escravidão, se apropria da situação privilegiada e esquece o discurso de oprimido.

A interdição como procedimento de exclusão é permeada nesta materialidade, na medida em que o direito privilegiado concedido a um judeu sobre a decisão de quem vivia ou morria dentro de seu próprio grupo, garantia que o poder continuasse estabelecido, por sua vontade de evitar a todo custo voltar a sua condição de submissão total.

Isso reforça também a ideia de Foucault acerca do poder não como uma estrutura de dominação propriamente dita, poder que provém do Estado como instituição, mas sim como um jogo de forças (FOUCAULT, 1999a, p. 88). Os indivíduos procuram assumir posições estratégicas na configuração social à qual estão sujeitos num contexto específico. A regra do jogo para os judeus era sobreviver, e se isso implicasse encontrar um lugar privilegiado, dentro de um corpo social oprimido, valida a rede de relações de poder como dinâmica e indefinida.

4.3 RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADES

Embora o exercício do poder tenha acontecido em circunstâncias diferentes nas duas obras apresentadas, é possível perceber sujeitos que reconceitualizam sua maneira de pensar e agir em contraposição aos mecanismos de poder. Para Foucault (1982), entender as relações de força implica não somente analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, mas também investigar as formas de resistência. O autor explica que geralmente existem três tipos principais de lutas:

Seja contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e assim o submete aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetividade e submissão) (FOUCAULT, 1982, p. 781).

No caso de Betancourt e Levi, por um lado há o sujeito que luta contra a submissão, resiste e sobrevive no lugar do outro, como o escravo num campo de extermínio. O preço que ele precisava pagar por se manter vivo dependia constantemente da morte do outro, dia após dia, mantendo-se na periferia do sistema até que o outro morresse no seu lugar. Por outro lado, há o sujeito que resiste em defesa de sua liberdade e percebe que as relações de poder precisam transformar-se para que a liberdade seja garantida.

Os acontecimentos que circundavam a vida de Betancourt como agente política, o discurso de ódio ao governo por parte dos guerrilheiros e o funcionamento do poder dentro dos acampamentos das FARC transformaram-na em um sujeito construído historicamente. Enquanto manteve-se acorrentada, após tentar fugir, não havia, de fato, possibilidade de interação nas relações de poder. Porém, houve um processo de produção de uma nova subjetividade, na medida em que se deseja a liberdade e, para isso, devia fazer parte de certa forma ativa no sistema de poder.

A subjetividade anterior ao sequestro de Betancourt era a de uma mulher com certos valores que a situam numa posição política específica; entretanto, ao experimentar a opressão de um sequestro, o sujeito precisou trabalhar na criação de uma nova subjetividade, para lutar contra a dominação, mesmo após sua libertação. Isso se sustenta em Foucault (1982), ao deixar claro que experimentar uma nova subjetividade que não seja a atual, não é só possível, como também consequência de processos sociais e estruturas ideológicas. Para o autor, a subjetividade tem uma ligação ativa e dinâmica com as relações de poder, podendo assumir diferentes formas.

Por outro lado, Levi (1988, p. 76) descreve a iminente mudança na sua subjetividade, ao dizer: “aprendemos que a nossa personalidade corre maior perigo que a própria vida”. Também assume que deve ser feito para não sucumbir, e não por convencimento próprio: “Devemos marchar eretos, sem arrastar os pés, não em homenagem à disciplina prussiana, e sim para continuarmos vivos, para não começarmos a morrer” (LEVI, 1988, p. 55).

A morte dessas subjetividades nos sujeitos possivelmente configura, portanto, uma resistência à não liberdade, como forma de reagir diante de um sistema de relações de poder ao qual estão expostos. Os indivíduos, ao assumirem essa posição, integram seu discurso e se constituem como sujeitos. Diante da possibilidade da morte, o sujeito resiste ao que ele é naquele momento, devido à pressão das estruturas de poder e promove novas formas de subjetividade.

Levi expressa na sua obra que “frente à pressão da necessidade e do sofrimento físico, muitos hábitos, muitos instintos sociais são reduzidos ao silêncio” (1988, p. 128); o mesmo em que Betancourt se refugiou durante seu sequestro, dando nome ao seu livro *Não há silêncio que não termine*, significando sua forma de sobreviver. Para ela, era claro que sua subjetividade não era mais a mesma: “estávamos todos atravessando uma séria crise de identidade. Tínhamos perdido nossos parâmetros e já não sabíamos quem éramos, nem qual era o nosso lugar no mundo” (BETANCOURT, 2010, p. 244). Para Levi (1988, p. 32), não existiam nem palavras na linguagem que expressasse o tamanho da ofensa, a “aniquilação de um homem, [...] condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar”.

Primo Levi entendeu durante seu tempo nos campos de concentração que, para sobreviver no lugar do outro, devia estar numa situação de mando privilegiada, embora continuasse escravo, em troca da mínima possibilidade de sobrevivência. O sujeito aceita uma posição intangível, representando o poder sobre a vida e a morte de outros escravos iguais a ele, só que intercambiando traição por poupança da lei, oprimindo aos oprimidos:

São especialmente interessantes os “proeminentes” judeus porque, enquanto os não judeus eram encarregados automaticamente de suas funções ao entrarem no Campo, em vista da sua superioridade natural, os judeus tinham que fazer intrigas e lutar duramente para conseguir essas funções. Os “proeminentes” judeus constituem um triste e notável fenômeno humano. Convergem neles os sofrimentos presentes, passados e a hostilidade ao estrangeiro” (LEVI, 1988, p. 133).

É justamente em um enunciado como esse do Primo Levi, que emerge uma unidade discursiva de resistência. Como diz Foucault (2008a, p.40), devemos buscar “analisar o jogo de seus aparecimentos e sua dispersão”. A resistência emerge não em termos de rebelião, mas ao aceitar oprimir pessoas em sua mesma condição, ou seja, surge uma nova relação de poder que visa sobreviver, apesar do outro.

4.4 CATIVEIRO DOS SEQUESTRADOS E CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO: ESPAÇOS HETEROTÓPICOS

Betancourt tinha surgido como figura do mal diante do saber dos guerrilheiros, com sua postura política colombiana. Nas palavras dela, “para eles, todos os que não estavam com as FARC eram crápulas” (BETANCOURT, 2010, p. 33). Ela era uma mulher ativa e não tinha medo de colocar em pauta discussões políticas, mas o novo espaço em que estava sendo forçada a circunscrever-se no acampamento era de exclusão total. Colocava-se na mesa uma série de bloqueios que impediam a realização de um ser, a expressão de suas crenças e convicções. A alienação e a possibilidade de morte física tornaram-se os mecanismos de poder que a obrigaram a reconstruir-se como sujeito.

Durante seus anos de sequestro, Betancourt foi colocada em locais físicos diferentes, por vezes isolada e acorrentada; em outras, era deixada livre dentro de sua própria prisão. Às vezes estava perto ou junto de outros sequestrados políticos e civis, mas importunada e até torturada; às vezes, protegida do abuso dos próprios guerrilheiros. Em certa oportunidade, um dos chefes das FARC chamado Joaquim Gómez, ao falar aos guardas sobre o local onde ela tinha sido colocada provisoriamente, disse: “Nenhum de vocês tem direito de pôr o pé ali dentro sem autorização dela. É como uma embaixada, aqui ela goza de extraterritorialidade” (BETANCOURT, 2010, p. 178). Essa distribuição do espaço, ora permissiva, ora repressiva, incidia sobre seu corpo e conseqüentemente atingia sua consciência.

Por sua vez, Primo Levi representava a figura do indesejável, fosse judeu ou de outras nacionalidades que, de fato, se misturavam entre os prisioneiros. Ele foi vítima do campo de concentração por fazer parte, como ele mesmo explica, “dessa convicção latente, conscientemente ou não, de que cada estrangeiro é um inimigo” (LEVI, 1988, p. 7). O campo era um local fixo onde Levi permaneceu até a evacuação, junto com outros prisioneiros. Eles eram confinados onde permaneciam após cada jornada de trabalho:

o dormitório só contém beliches: cento e quarenta e oito beliches de três camas cada um, encaixadinhos um no outro como células de colmeias, de modo a aproveitar todo o vão, até o teto, e divididos por três corredores. Aqui vivem os comuns *Haftlinge*, em número de duzentos a duzentos e cinquenta por bloco, na maioria dos casos, por tanto, dois para cada cama (LEVI, 1988, p. 30).

A prisão de Levi é descrita como um lugar de tensão, ansiedade, ameaça por roubo dos pertences constantemente. Eles permaneciam em estado de alerta para não acordar e sentir falta de utensílios básicos para sua sobrevivência no frio, como o calçado: “sinto-me ameaçado, a cada instante estou pronto para me contrair num espasmo de defesa” (LEVI, 1988, p. 37). Esse frenesi vivido no local atingia tanto seus corpos quanto suas consciências.

Sobre os espaços, Foucault (2013) faz algumas considerações, trazendo o conceito de outros sítios presentes na contemporaneidade que se justapõem, que existem simultaneamente e se intersectam; espaços externos que “nos levam para fora de nós mesmos” (FOUCAULT, 2013, p. 115). O autor denomina esses espaços tidos como reais, mas diferentes de qualquer outro sítio, de heterotopias, espaços de resistência, de contradição. Esses lugares se inserem em aspectos e fases de nossas vidas e, de alguma forma, espelham e ao mesmo tempo distorcem, desestabilizam ou invertem outros espaços.

Segundo Foucault (2013), existem heterotopias de crise e de desvio. As primeiras correspondem a espaços destinados a indivíduos que se encontram em estado de crise em relação à sociedade que os envolve, como os idosos. As heterotopias de desvio, por sua vez, são lugares criados devido a um comportamento considerado anormal em relação aos da sociedade, como prisões e casas de repouso (FOUCAULT, 2013).

O indivíduo que experimenta o sequestro vive numa heterotopia de desvio, por ser visto como um ser que se posiciona de forma contrária, no caso específico do sequestrado político, já que havia reféns civis a partir dos quais se visavam interesses econômicos, geralmente. Voltando ao prisioneiro político, esse indivíduo ocupava um lugar físico e real, mas ao mesmo tempo se descobria ausente dentro da própria realidade, o que o levava a constituir-se de maneira diferente. Betancourt estava num sítio definitivamente real, que era o seu cativeiro, porém associado a um outro espaço circundante, o do acampamento guerrilheiro, caracterizado pela impossibilidade de interação: não podia atravessá-lo, não podia estar do lado de lá, devido ao limite geográfico e social imposto.

Por sua vez, Levi estava também dentro de um espaço heterotópico, definido por Foucault (2013) como um complexo de abertura e fechamento isolado da zona periférica. Nele, entra-se por obrigação, não pela vontade própria. A saída desse espaço pode ser puramente ilusória, já que o indivíduo é ciente da possibilidade de

nunca sair. Primo Levi sabia que o extermínio era o final, e trabalhava diariamente com a quase certeza da morte, mas lutava para esquivar-se da resignação.

Betancourt passou por um processo de luta pela reconstituição de si mesma dentro desse novo contexto, pois precisava se reconhecer como pessoa, ainda que sob condições de degradação humana. As prioridades se transformavam, de modo que o objeto de desejo e o que era relevante se reduzia à sobrevivência:

No cativeiro descobri que meu ego sofria se fosse despossuída do que desejava. [...] Eu observava uma transformação em mim da qual não gostava. [...] Essas pequenas coisas do cotidiano envenenavam nossa existência, provavelmente porque nosso mundo se encolhera. Despossuídos de tudo, de nossa vida, de nossos prazeres, de nossos próximos, tínhamos o reflexo errado de nos agarrar ao que restava, quase nada: um pouco de espaço, um pedaço de biscoito, um minuto a mais no sol (BETANCOURT, 2010, p. 216-217).

Levi também passou pelo conflito, em que, para manter-se vivo, era necessário ao menos suportar a opressão a como desse lugar:

Era preciso nadar contra a correnteza, travar batalha a cada dia, a cada hora, contra o cansaço, a fome, o frio e a inércia resultantes disso; resistir aos inimigos e não ter pena dos rivais; aguçar o engenho, fortificar a paciência, acirrar a vontade. Ou também sufocar toda dignidade, apagar todo vestígio de consciência, ir à luta, brutos contra brutos, deixar-se guiar pelas insuspeitadas forças ocultas que sustentam as estirpes e os indivíduos nos tempos cruéis (LEVI, 1988, p. 135).

Espaços heterotópicos são espaços de contestação, realidades ilusórias ou não. Esses espaços são tolerados e perduram, como lugares que se opõem a todos os outros, herméticas e penetráveis ao mesmo tempo, e que certamente conduzem à resistência do sujeito.

4.5 O SILÊNCIO

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1988a, p. 30).

Ao analisar mais de perto o processo de resistências e morte do sujeito no discurso, é evidente que o silêncio joga um papel importante e, portanto, merece ser discutido. Para isso, foi feita até aqui uma reconstituição histórica e social da sujeição à qual Betancourt foi conduzida.

O discurso de resistência de Ingrid Betancourt foi dito de diversas formas durante e após seu sequestro, tanto na fala quanto pelo silenciamento. Foi isolada durante longos períodos nos quais não era permitido contato com sequestrados ou guardas que a rodeavam. Calar foi, em ocasiões, a melhor atitude diante da aplicação de um castigo, para não aumentar a fúria dos repressores. Na ocasião em que ela foi encontrada após sua quarta tentativa de fuga, por exemplo, a guerrilheira Yiseth a aconselhou: “Quando chegarem, vão berrar, insultá-la, empurrá-la. Não responda de jeito nenhum. Não diga nada” (BETANCOURT, 2010, p. 23).

Em seu relato, Ingrid menciona como era difícil manter-se calada diante de alguma injustiça, o que ela chamava de “reflexos”, vontade de falar contra algo que, para ela, não estava certo. Houve um episódio em que os sequestrados estavam recebendo colchonetes de espuma novos, o que era considerado um luxo, já que geralmente não tinham esse tipo de privilégios. Mesmo assim, Betancourt se incomodou com o fato de sua colega Clara Rojas ter recebido um colchonete velho e usado, o que a levou a intervir em favor dela. Infelizmente, a situação foi motivo de castigo, além de consequentemente ter causado atrito entre os próprios sequestrados, porque alguns achavam que era melhor sofrer em silêncio. Defender alguém nos acampamentos não era uma boa ideia. Sobre essa ocasião, Betancourt (2010, p. 246) disse: “Levei tempo para aprender a me calar e isso me custou caro. [...] Eles tinham razão, mas eu detestava aquilo em que estávamos nos transformando. [...] Tudo isso não fazia senão aumentar minha necessidade de silêncio”.

A recusa de contar suas experiências ocorridas dentro dos acampamentos entre os próprios sequestrados representava uma forma de evitar relembrar os sofrimentos aos que foram submetidos. Segundo a autora, havia momentos em que, estando com seus companheiros sequestrados, a vontade de desabafar ou compartilhar lembranças era deixada de lado, preferindo calar-se: “Contar certas coisas é permitir-lhes ficar vivas no espírito dos outros, quando o que afinal nos parece mais conveniente é deixá-las morrer dentro de nós mesmos” (BETANCOURT, 2010, p. 226). O silêncio era, portanto, um refúgio que Ingrid encontrou por não ser permitido externalizar suas frustrações: “Refugiei-me no silêncio, magoada até a alma por sofrer esse destino que não me permitia sequer chorar à vontade” (BETANCOURT, 2010, p. 110).

O corpo silencioso, portanto, estava tornando-se a posição mais adequada a adotar dentro do mecanismo de poder que estava diante deles. Os sujeitos estavam

sendo atingidos, constituindo-se no meio da exclusão proveniente dos guerrilheiros, como punidores, e entre eles próprios, como assujeitados. O isolamento de um sequestrado dentro dos acampamentos constitui-se como um espaço de exclusão, na medida em que impossibilita ao sujeito o direito de falar, de se expressar. Para Foucault (1999b), espaços como a prisão e o manicômio são exemplos em que o indivíduo é vigiado, controlado e rejeitado. O sujeito excluído é silenciado e, ao mesmo tempo, esse silêncio se torna o seu meio de falar de outra maneira; torna-se parte constituinte do seu discurso de resistência.

Nessas condições, o sujeito até duvida da sua essência. Diante de todas as impossibilidades de interação, a exclusão faz com que o indivíduo não se reconheça mais como o ser que era antes. Betancourt (2010, p. 224) expressou da seguinte maneira: “estávamos todos atravessando uma crise de identidade. Tínhamos perdido nossos parâmetros e já não sabíamos mais quem éramos, nem qual era o nosso lugar no mundo”. Além disso, não havia mais uma linguagem comum no espaço do acampamento: apesar de ela ser uma sequestrada política e as FARC serem lutadoras de causas políticas, o diálogo era inadmissível, o que deixa duvidoso, inclusive, a motivação do sequestro.

Levi também declarou o seu processo de sujeição, através do silêncio. A morte do homem no campo de concentração pode não ter sido necessariamente física, mas através da sua exclusão, resultando no seu silenciamento: “Frente à pressão da necessidade e do sofrimento físico, muitos hábitos, muitos instintos sociais são reduzidos ao silêncio” (LEVI, 1988, p. 135).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, é um desafio fazer uma aproximação entre o discurso de um autor europeu que viveu os horrores do Holocausto e uma autora latino-americana que foi sequestrada por um grupo guerrilheiro, uma vez que são contextos diferentes. De fato, o objetivo não era reduzir uma experiência à outra, mas evidenciar, mesmo que em espaços e tempos diferentes, a constituição do discurso de um sujeito submetido à tortura, prisão e silenciamento. Mesmo em posições e estruturas de dominação diferentes, o sujeito pode sofrer mudanças na sua subjetividade.

Dessa maneira, pode-se constatar como os discursos são gerados a partir de estruturas de dominação cujas forças são, como diz Foucault (1999a), onipresentes, produzindo-se a cada instante, em qualquer centro ou periferia, provindo de todos os lugares. Certamente, o poder é uma “situação estratégica” (FOUCAULT, 1999a, p. 89), não somente a representação de uma instituição. Os campos de concentração e os acampamentos guerrilheiros possuíam microfísica própria. Os dois espaços, apesar de diferentes, constituíram condições de existência para as formações discursivas de resistência.

Esses mecanismos que operavam forças de poder estavam presentes em diversas posições dos sujeitos. No caso de Betancourt, o poder era exercido de guerrilheiro para guerrilheiro, guerrilheiro para sequestrado e entre sequestrados propriamente. No caso de Levi, não só os nazistas, mas entre prisioneiros, havia posições de poder, resultantes da conveniência de ambas as partes: ter maior controle do campo de concentração e receber, em troca, alguns privilégios.

É preciso ressaltar, ainda, que, como o saber e o poder estão autoimplicados, foi gerada uma organização discursiva dentro da particularidade de cada espaço. Ainda há um campo de saber constituído a partir das convicções que motivaram em primeira instância a constituição desses discursos políticos e sociais. Essas convicções ainda implicam em novas relações de poder. As FARC ainda existem, mesmo que com outra denominação, e exercem influência dentro do corpo social e político colombiano. Também existem indivíduos defensores das ideias do nazismo e ainda consideram esse discurso do ódio como verdadeiro.

Ecoar a voz do sobrevivente que falou, mas que no passado e ainda no presente é silenciado ou distorcido, é uma forma de conscientização, trazendo possibilidades de reflexão sobre o lugar do outro, assim como a sua posição.

REFERÊNCIAS

- ARCHILA, M. Historiografía sobre los movimientos sociales en Colombia. *In*: TOVAR, B. **Historiografía Colombiana y Latinoamericana**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1994, p. 251-349.
- BETANCOURT, I. **Não há silêncio que não termine**: meus anos de cativo na selva colombiana. Tradução de Antônio Carlos Viana, Dorothee de Bruchard, José Rubens Siqueira e Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CARNEIRO, M. L. T. **Holocausto**: Crime contra a Humanidade. São Paulo: Ática, 2000.
- CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA. **¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad**. 2. ed. Bogotá: CNMH, 2013.
- CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA. **Guerrilla y población civil: trayectoria de las FARC 1949-2013**. 3. ed. Bogotá: CNMH, 2014.
- CÓRDOVA, F.; SILVEIRA, D. Métodos de Pesquisa. *In*: GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. (Orgs). **A pesquisa científica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- COUTO, S. P. **Os segredos do nazismo**. São Paulo: Universo dos Livros, 2008.
- DEAN, Carolyn J. **The Moral Witness**: Trials and Testimony after Genocide. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2019.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- EFE (Bogotá). Biografia de Ingrid Betancourt Pulecio, analista política e ex-refém das Farc. *In*: **Último Segundo**: Mundo. Bogotá, 2 jul. 2008. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/biografia-de-ingrid-betancourt-pulecio-analista-politica-e-exrefem-das-farc/n1237694117157.html>. Acesso em: 6 fev. 2020.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico**: As heterotopias. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. De espaços outros. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes. 2005.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. *In*: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. M. **Michel Foucault**: Uma Trajetória Filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**: Curso dado ao Collège de France, 1977-1978. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. The subject and Power. *In*: DREYFUS, H.; Rainbow, P. (Orgs.). **Michel Foucault**: Beyond Structuralism and Hermeneutics. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1982, p. 792.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

GALLEGO, C. **FARC-EP. Notas para uma história política 1958-2006**. 2009. 273 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Colômbia, Bogotá, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HASTINGS, M. **Inferno**: O mundo em guerra 1939-1945. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

HITLER, A. **Minha Luta**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

INGRID Betancourt, ativista política colombiana: Biografia de Ingrid Betancourt. [S. l.], 23 maio 2017. Disponível em: https://www.ebiografia.com/ingrid_betancourt/. Acesso em: 13 fev. 2020.

LEVI, P. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MANETTO, F. Força Alternativa Revolucionária do Comum, novo nome das FARC. **El país**, [s.l.], 1 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/internacional/1504216451_908943.html. Acesso em: 7 jan. 2020.

PINHEIRO, M. **FARC – EP: Meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível?** 2015. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2015.

PRIMO LEVI FALA SOBRE AUSCHWITZ. *In*: **Editora Unesp**, 22 jan. 2020. Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/blog/primo-levi-fala-sobre-auschwitz>. Acesso em: 14 jun. 2022

SZKLARZ, E. **Nazismo:** Como ele pôde acontecer. São Paulo: Abril, 2014.

TAYLOR, C. Biopoder. *In*: TAYLOR, Dianna (Org.). **Michel Foucault:** conceitos fundamentais. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018, p. 23 - 40.

TERNES, J. Foucault e a educação: em defesa do pensamento. **Revista Educação & Realidade**, v. 29, p. 155-168, 2004.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WACHSMANN, N. **KL: A história dos campos de concentração nazis.** Trad. Miguel Mata. Lisboa: Dom Quixote, 2015.